

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LUÍS AUGUSTO MEINBERG GARCIA

FECHE O PORTÃO, TEM UM “ESTRANHO” NA RUA:
o controle da vizinhança na busca por segurança

UBERLÂNDIA

2020

LUÍS AUGUSTO MEINBERG GARCIA

FECHE O PORTÃO, TEM UM “ESTRANHO” NA RUA:

o controle da vizinhança na busca por segurança

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Regina Pastana

Uberlândia

2020

LUÍS AUGUSTO MEINBERG GARCIA

FECHE O PORTÃO, TEM UM “ESTRANHO” NA RUA:

o controle da vizinhança na busca por segurança

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Débora Regina Pastana.

Uberlândia, 21 de dezembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Débora Regina Pastana

Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Magalhães Pinto Côrtes

*Em memória de Tereza Maria Gonçalves dos
Santos, a avó Tereza.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. À minha mãe Luzia pela sensibilidade e parceria, e a meu pai Pedro pelo bom humor e pelos conselhos. A Felipe, Giovana e Pedro, por serem irmãos e irmã e por cuidarem de mim e me ensinarem tudo o que são. Obrigado a todos vocês por não medirem esforços para garantir o meu acesso à educação e, por meio de suas formações, me apresentarem às Ciências Humanas. Muito obrigado a todos vocês por compartilharem sentimentos e experiências com o caçula da família que aqui escreve.

Agradeço à Júlia por ser amor, paz e afeto. Por me escutar, ler e acalmar. Obrigado por construir comigo um novo caminho e por nele me acompanhar. Por me ensinar todos os dias e por todas as coisas amáveis vividas a seu lado.

Agradeço a Eduardo por ser meu amigo do peito há quase uma década. Por dividir salas de aula e apartamentos, por sonhar e encarar desafios comigo. Obrigado pela vivência e pela irmandade.

Agradeço a Pedro Marques pelas reflexões e conselhos. Pelas gargalhadas e alegrias. Obrigado pelo companheirismo.

Agradeço a Tiago pelo carinho e pelo cuidado. Por acreditar, compartilhar, ajudar e não medir esforços para tamanha parceria. Obrigado por sua arte que nos encanta e por sua união que tanto acolhe. Obrigado por, juntamente com os três a cima, fazer parte de um lar e me fazer sentir em casa onde quer que esteja com vocês.

Agradeço a Sérgio pela força e pelo apoio.

Agradeço a Carlin, Davi e Érica por me acolherem e receberem tão bem. Por me apresentarem à vida mineira e uberlandense. Por toda confiança, solidariedade, carinho e atenção. Muito obrigado por participarem de importantes momentos de minha graduação e desta monografia.

Agradeço à Amanda, Dayana e Maria Luísa por serem grandes parceiras nesse ciclo. Por sorrisos, festas, trabalhos, debates e pela partilha de comentários e informações de nosso interesse.

Agradeço a Bruno pela compadrice. Pela bondade e pela sinceridade. Por me ensinar e me ajudar a crescer enquanto pessoa e cientista social.

Agradeço a João Miguel e à Sofia por todas as reflexões e por serem amizades feitas na graduação que se fizeram presentes apesar dos diferentes caminhos escolhidos pelo território brasileiro.

Agradeço aos meus amigos e amigas barretenses. Beatriz, Bruno, Eduardo Souza, Guilherme, Shayene e Vinícius, muito obrigado por crescerem comigo em nossa trajetória e serem tão companheiros.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais e à todas as pessoas que pude conviver e trabalhar ao longo desses anos no programa. Por me apresentar à pesquisa e à profissão de cientista social. Pelo trabalho em grupo, pelas experiências e pelos aprendizados.

Agradeço ao projeto de extensão Antropologia com Crianças por me apresentar ao campo e à sensibilidade do ofício das Ciências Sociais. Agradeço também à todas as pessoas que se dedicaram à sua construção e compartilharam experiências durante seu desenvolvimento.

Agradeço a todas as pessoas que aceitaram participar e contribuir para esta pesquisa.

Agradeço a todos professores que fazem e fizeram parte de minha trajetória. À Mariana e Luciano por comporem a banca de defesa deste trabalho e por serem inspirações durante minha graduação. À Débora, minha orientadora, por toda atenção, confiança, conselhos e conversas que transformaram minha formação enquanto cientista social.

A vocês, muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho científico tem como objetivo estudar as relações comunitárias e o desenvolvimento da política pública de segurança “Programa Rede de Vizinhança Solidária” em um bairro da zona sul de Uberlândia/MG. A percepção social sobre o aumento da violência urbana, que engloba crimes, assaltos, atentados ao corpo, entre outros, cria a insegurança nos cidadãos e a disseminação de uma cultura do medo que altera os costumes e as relações humanas com seu cotidiano. Em busca de segurança, parte dos cidadãos uberlandenses adota a estratégia de desenvolver práticas, por meio de uma rede de solidariedade, para melhorar a sensação de segurança e reduzir o índice de criminalidade, bem como aumentar a integração e fortalecer os laços entre os moradores do bairro para realizar o controle. O programa é visto como uma parceria entre a ação policial e a participação ativa da população civil que conta com o suporte de produtos de segurança privada para realizar o monitoramento do local onde habita para informar aos vizinhos e à Polícia Militar a presença de pessoas desconhecidas e que lhes parecem suspeitas de cometer um crime no bairro. Desta maneira, o Estado transfere parte da responsabilidade de garantir o acesso à segurança para a sociedade civil. A análise conta com trabalho de campo e aborda temáticas como: segregação espacial, estigma, medo, heterofobia, política criminal, práticas de controle informal e de segurança privada, individualismo moderno e construção de comunidades.

Palavras-chave: Comunidade. Controle informal. Medo. Polícia Militar. Segregação espacial. Segurança pública.

ABSTRACT

The present scientific paper has its main goal to study the community relations and the development of the public security policy “Rede de Vizinhança Solidária Program” in a neighborhood in the south of Uberlândia/MG. The social perception on the increase of urban violence, which includes crimes, assaults, attacks on the body, and so on, builds up insecurity among citizens and the spread of a culture of fear which distorts customs and human relations with their daily lives. Seeking for security, part of citizens of Uberlândia adopts the strategy of developing practices through a solidarity network in order to enhance the feeling of security and cut down on the crime rate as well as increasing integration and strengthening brotherhood among the neighborhood residents to take over control. The program has been seen as a partnership between police action and the active participation of the civilian population who has the support of private security products to make the monitoring of the location where they live to inform neighbors and the Military Police about the presence of unknown people and who seem suspicious of committing a crime in the neighborhood. Thus, the State transfers part of the responsibility of ensuring access to security for civil society. The analyze relies on fieldwork and addresses issues such as: spatial segregation, stigma, fear, heterophobia, criminal policy, practices of informal control and private security, modern individualism and community building.

Keywords: Community. Informal control. Fear. Military Police. Spatial Segregation. Public Security.

SUMÁRIO

Considerações iniciais	10
Capítulo 1	18
As dimensões do “estranho”:	18
segregação espacial, estigma e heterofobia	18
1.1. O espaço dividido: a cidade não é mais de todos	20
1.1.1. O afastamento voluntário: a busca pela homogeneização na cidade	22
1.1.2. O afastamento involuntário: expulsando as populações de baixa renda	25
1.2. Banimento: fronteiras sociais que demarcam os limites do bairro ordeiro.....	27
1.2.1. A construção do estigma	27
1.2.2. A gestão do estigma	31
1.3. Medo: um componente da heterofobia	33
Capítulo 2	39
A segurança pública mineira	39
e o estímulo à segurança privada	39
2.1. Polícia Militar de Minas Gerais e programa Vizinhança Solidária	40
2.2. Gestão atuarial e a construção dos perigosos.....	47
2.3. O controle da vizinhança e a segurança privada.....	51
Capítulo 3	59
“Os vizinhos cuidando dos outros vizinhos”:	59
A composição e as práticas do grupo em busca de segurança	59
3.1. A vigilância no bairro Vigilato Pereira.....	61
3.2. A integração pelo WhatsApp e a “multiplicação de olhos”	67
3.3. A construção de uma comunidade e a ação política do grupo	75
Considerações finais	82
Referências Bibliográficas	91

Considerações iniciais

Após pouco mais de um ano de estadia em Uberlândia-MG, com fins de estudar na graduação do curso de Ciências Sociais oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em um dia qualquer de compromissos na instituição, me direcionava bem cedo pela manhã a uma aula que deveria assistir. Gostaria de ressaltar que naquela época, eu morava em um pequeno apartamento, nos arredores da universidade, em um bairro considerado pelos colegas estudantes, em mesma situação de moradia, como o mais perigoso daquela região, e, por isso, sempre ouvi a frase: “Fique esperto e tome cuidado ao sair e voltar para casa!”. O fato do bairro possuir essa pequena fama e relatos que contam histórias de furtos e assaltos no local influenciam no imaginário de quem anda por essas ruas.

Enquanto me direcionava à universidade, logo após andar um quarteirão em meu caminho, um homem, em uma camionete pequena de dois lugares, estaciona ao meu lado sorridente e grita: “Ei, fera!”. Olhei para ele e dei atenção ao que logo iria dizer: “Tá indo pra UFU? Quer uma carona?”. O homem era completamente desconhecido por mim, e me fez, mesmo que em pouco tempo, refletir se eu deveria aceitar ou não. De fato, eu tinha que andar uns quinze ou vinte minutos até chegar em meu prédio de aulas, porém, a questão da insegurança e falta de confiança existente nos cenários urbanos me fez pensar. Enfim, decidi aceitar e entrei no carro: acreditei na pessoa, apesar de durante o percurso me preocupar com sinais que a mesma poderia me apresentar para qualquer ação contra mim.

A primeira coisa que me disse ao entrar no carro, era que ele passava por aquela rua todo dia e sempre prestava atenção em estudantes que caminhavam por lá para oferecer a mesma carona que a mim oferecia, mas nunca encontrava alguém ou então a pessoa não aceitava. Enfim, não deixei de gastar assunto e conversar com o rapaz, e assim descobri que também estudava na universidade, de qual cidade havia chegado para também morar em Uberlândia e mais informações à cerca de sua vida, até que chegamos no prédio em que ele tinha aulas, estacionou o carro, o agradei e terminei a caminhar o pouco que restava até minha aula.

Ao sair de um ambiente desconhecido no veículo da pessoa para chegar em um ambiente familiar, perto de minhas amizades, relatei para quem encontrei a situação que passei e fui recebido com falas como: “Meu Deus”, “Que perigo!” e “Como você aceitou uma carona de uma pessoa desconhecida? Ela podia ter mentido para te enganar”. É

normal ouvirmos isso quando somos crianças, para não confiarmos em pessoas estranhas, e esse discurso continua prevalecendo durante nossa formação enquanto pessoa.

Relato essa experiência pois ela foi importante para minha percepção pois ali comecei a perceber uma exacerbada preocupação e a reprodução do perigo e do risco que parece rondar com frequência o nosso cotidiano. Nesse sentido é interessante nos remeter a Bauman (2008), onde reflete que o mundo moderno produz um processo de individualização e desengajamento dos seres, condição influenciada pela esfera do mercado neoliberal, onde os indivíduos se deparam com maiores incertezas na vida em sociedade devido o desmoronamento das instituições modernas, gerando os sentimentos de medo, de insegurança e de desconfiança. É nesse contexto que se dá a supervalorização da individualidade, de um indivíduo que se encontra “frágil” e “vulnerável”, pois reconhece menor quantidade de direitos e desconhece a função e a importância estatal na vida cotidiana e tornam-se responsáveis por qualquer sucesso ou fracasso que venha a atingir.

É, então, inegável que nessas condições, as palavras “risco” e “perigo” estejam presentes no cotidiano de inúmeras pessoas, e o grande objetivo parece ser o de se proteger frente ao risco e ao perigo que ronda a cidade. É também importante entender que esse processo é acompanhado pela percepção de aumento de violência e criminalidade na cidade, e, por isso, as pessoas que já se encontram “desgarradas” de efetivos laços ao somar com tal percepção, a tendência é que a preocupação frente ao pretense perigo aumente. Assim, quando me orientam a tomar cuidado com o ambiente ao meu redor e não confiar em pessoas desconhecidas, o discurso do risco e perigo está sendo reproduzido de maneira a modificar a cultura cotidiana no cenário urbano.

Dessa maneira, apresento essa monografia como inserida na temática. Aqui, proponho uma análise frente à política pública de segurança conhecida como programa de Rede de Vizinhança Solidária. O programa – que também é muitas vezes chamado de “projeto” – é formulado pela Polícia Militar de Minas Gerais e pode ser implementado em qualquer bairro que solicitar a participação do mesmo. Nessa pesquisa, estudaremos o caso específico do bairro Vigilato Pereira, localizado na zona Sul da cidade de Uberlândia/MG.

Desde o ano de dois mil e dezesseis eu conheço e frequento o bairro Vigilato Pereira, devido uma grande aproximação e laços construídos com uma família que nele habita. Mesmo sendo mais um dos/as estudantes que emigra de sua cidade natal para estudar e morar nos arredores da UFU, o deslocamento para bairro citado e as experiências no mesmo tornaram parte da rotina em minha vida uberlandense. Conforme fui me tornando um frequentador do bairro, pude observar e vivenciar o cotidiano do local, e a questão da segurança me despertou grande interesse por tanto ouvir histórias e até mesmo estar presente no bairro em situações de criminalidade¹. Em um dos dias que estava lá e que mais me chamou a atenção, uma casa de esquina havia sido invadida, seus moradores foram feitos de refém e um deles, ao confrontar os invasores com uma arma de fogo, foi levado a óbito.

As pessoas próximas a mim que moram no bairro continuavam a me contar sobre mais casos que envolviam violência, criminalidade e falta de segurança no local e sempre reforçavam o discurso para que eu tomasse muito cuidado ao trafegar por aquelas ruas. Quando tive contato com o bairro, o programa de Vizinhança Solidária, que funciona para monitoração do bairro contra a ocorrência de crimes, já se desenvolvia há oito anos, tendo sido implementado no local no ano de 2008. Portanto, as ações da Polícia Militar, estratégias de proteção e de comunicação dos moradores já estavam bem consolidadas e em pleno vigor.

O programa foi instaurado no bairro Vigilato Pereira pela intenção dos moradores em melhorar a segurança no local. Para realizá-lo, solicitaram ajuda à Polícia Militar que propôs esse projeto como uma parceria entre sua instituição e a sociedade civil. Os objetivos do programa são de diminuir o índice de criminalidade através do incentivo à integração entre os moradores, para também diminuir a sensação de medo frente a vitimização em um crime. Fala-se de “resgatar” os laços comunitários que se existia em outra fase da vida urbana, e, conseqüentemente, a sensação de segurança. Dessa maneira, o programa prega que um vizinho deva conhecer melhor o outro, para que esses se fortaleçam e vigiem um pelo outro.

A proposta é a de que os moradores do bairro construam relações com todos os vizinhos, e, principalmente, com os vizinhos da mesma rua, pois a intenção é criar grupos

¹ Não é o mesmo bairro que conto o relato de onde morava e fui alertado sobre o perigo do local, entretanto, isso mostra como me deparei com esse discurso em diferentes lugares da cidade.

de união em cada rua, chamados de “célula”, para que tais moradores combinem estratégias de autocuidado e autoproteção com aqueles que estão próximos. Assim, cada vizinho se atenta em vigiar as suas propriedades e bens e as dos vizinhos, para, se notar a presença de alguma pessoa “suspeita”, que possa vir a oferecer perigo, acionar o serviço da Polícia Militar.

Atualmente, essa comunicação é majoritariamente feita pela rede social *WhatsApp*, em que são criados grupos com a presença dos moradores e dos policiais que trabalham nesse setor para que a mesma seja eficiente e aproximada. Mensagens de alerta sobre pessoas “estranhas” e situações perigosas são repassadas nesses grupos para que os vizinhos se atentem às questões que acontecem no ambiente de sua moradia e nos espaços públicos do bairro. Os alertas surgem do fato do bairro receber tráfegos de pessoas classificadas como de outros bairros próximos que não são bem-vindas por serem vistas como perigosas. Portanto, a intenção de tal vigilância é a de se preparar para não ser tornar uma vítima em potencial de um crime que possa vir a ser cometido por qualquer pessoa desconhecida que possa oferecer perigo para o bairro. É possível perceber uma certa intenção de “privatizar” um local público, para que ele apenas seja ocupado pelas pessoas que ali habitam.

De fato, o bairro, que é o centro das atenções enquanto campo para esta monografia, possui espaços públicos que acabaram por se tornar realmente “privatizados”, interrompendo o processo que os transformava em espaços popularizados e diversificados, de uso de diferentes pessoas. E, dessa maneira, como isso foi malvisto pela população, a vigília começou a ser executada para afastar o movimento denominado como “estranho” e diferente. Moradores relatam, por exemplo, que a praça no centro do Vigilato Pereira passou a ser “mal frequentada”, por pessoas “estranhas”, “mal-encaradas” e desconhecidas, de fora da zona do bairro, que ocupavam o espaço público da praça para lazer e, também, para consumo de drogas.

O programa de monitoramento e prevenção ao crime também recomenda à população que informe aos órgãos públicos e à Polícia Militar, além de qualquer atitude suspeita, a degradação ou falta de manutenção do espaço que dificulta a vigília – assim, qualquer poste de luz danificado, mato alto, árvores que limitam a visão e iluminação devem ser avisados, para serem tratados.

Essa pesquisa envolve trabalho de campo de acordo com minhas experiências enquanto frequentador do bairro e participante de um dos grupos de *WhatsApp* que envolvem questões de segurança do bairro. Além disso foi possível entrevistar cinco pessoas envolvidas no projeto. No texto os tratarei pelas nomenclaturas de “Entrevistado 1”, “Entrevistada 2”, “Entrevistado 3”, “Entrevistada 4” e “Entrevistado 5”, por respeitar e manter seus respectivos anonimatos, visto que essa temática é delicada por envolver não apenas questões que associadas à localização das suas residências, mas por também envolver sensações humanas que são sentidas por cada uma de maneira distinta. Além disso, se trata de uma pesquisa que envolve a instituição responsável pelo poder de violência e repressão em nosso país, a Polícia.

Dentre os entrevistados têm-se um policial militar que trabalhou desde a implementação do programa de Rede de Vizinhança Solidária no bairro Vigilato Pereira, e, por isso foi responsável pela instauração do mesmo, até o ano de 2013. As outras quatro pessoas são moradoras do bairro: a primeira, mulher, moradora do bairro há trinta e quatro anos, e uma das principais responsáveis pelo movimento de adesão dos moradores ao programa; o segundo, homem, morador do bairro há vinte e oito anos; a terceira, mulher, moradora do bairro há treze anos; e, por último, homem, morador do bairro há vinte e cinco anos e também representante da associação do bairro.

Quando me propus a realizar essas entrevistas, no ano de 2020, nos encontrávamos em situação de isolamento social devido a maior pandemia que o mundo já viveu, atingindo o Brasil, que até a data de finalização desta monografia, conta com 6.209.404 casos de contaminação e 171.564 mortes registradas², devido a proliferação do coronavírus SARS-CoV-2, que provoca a doença denominada COVID-19. Dessa maneira, tive limitações em meu campo, mas tive a oportunidade de entrevistar essas cinco pessoas via telefone.

Os relatos que irão compor os três capítulos deste trabalho contam com falas sobre a experiência dessas pessoas em função do programa estudado, bem como sobre suas experiências pessoais frente a insegurança local, com a intenção de entender se os

² “Segundo levantamento do consórcio dos veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde”. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/27/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-27-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghm>>.

objetivos propostos pelo programa conseguem ser atingidos, no sentido de tanto aproximar as pessoas que moram no mesmo ambiente, bem como melhorar a sensação de segurança e diminuição da criminalidade naquele bairro.

Para isso, esta monografia é dividida em três capítulos. No primeiro, debato sobre o processo de segregação espacial como fruto dos processos de individualização do ser na modernidade, bem como resultado do movimento de estigmatização das classes mais pobres. A “repulsa” à vida em meio à diversidade, denominada como heterofobia, ou aversão ao diferente e ao desconhecido, assim como o medo social são responsáveis pela adoção de práticas de proteção e de segurança que acabam por reproduzir relações de dominação, poder, preconceitos e privilégios. Portanto, é objetivo deste trabalho compreender e analisar a agregação entre esses processos.

No segundo capítulo, é possível conhecer mais a fundo o programa de Rede de Vizinhança Solidária, bem como a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais em seu funcionamento e nos serviços prestados com o objetivo de orientar e proteger a população contra situações que oferecem perigo à vida. O projeto pode ser visto como resultado da política criminal atuarial, que prevê a gestão e criminalização das populações mais pobres, em que o princípio da “culpa” não é mais único definidor para prisão, pois apenas a possibilidade de uma pessoa “suspeita” oferecer perigo e risco torna-se suficiente para essa ser reprimida. É nesse sentido que busco compreender a vigilância, bem como a união entre Polícia Militar e sociedade civil para vigiar e expulsar as pessoas vistas como “perigosas” e “indesejadas” de um lugar que deseja, cada vez mais, ser “privado” e homogêneo. Nesse capítulo, também proponho a discussão sobre a responsabilidade de garantir segurança que o Estado transfere e divide com a população e com as empresas de segurança privada.

No terceiro e último capítulo, a intenção é conhecer e analisar as práticas e composição do grupo de moradores e toda a rede de atores que atua no bairro Vigilato Pereira em função da busca por segurança no local. Assim, a preocupação com o perigo frente a violência e a criminalidade gera o desejo de união e de construção de uma comunidade entre as pessoas que habitam o mesmo ambiente e visam o estabelecimento de laços para que se possa confiar nas pessoas próximas. A integração de seus membros pelas tecnologias que são usadas a seu favor para melhorar a segurança faz parte da vigilância comunitária, em que se aproximam para que seja possível o monitoramento

recíproco entre os envolvidos. Dessa maneira, a constituição do grupo também reflete em sua ação política tanto para defender sua existência, como garantir seus interesses.

Como aponta Caldeira, em estudo sobre a cidade de São Paulo,

a combinação de medo da violência, reprodução de preconceitos, contestação de direitos, discriminação social e criação de novas fórmulas para manter grupos sociais separados [...] também reflete processos sociais de mudança que estão ocorrendo em muitas cidades. (Caldeira, 2000, p. 23)

Por isso, os escritos que daqui seguem tratam, portanto, de uma análise sobre as estratégias que os moradores de um bairro adotam em busca de maior a segurança local, tendo como base a implementação do programa de Rede de Vizinhança Solidária, que são relatadas de acordo com as experiências e sensações dessas pessoas. A intenção desta monografia também é refletir sobre as amplas questões sociais que estão envolvidas nesse processo.

Capítulo 1

**As dimensões do “estranho”:
segregação espacial, estigma e
heterofobia**

A vida social moderna, a partir da experiência nas cidades, passa por processos de ressignificações e transformações desde o século XIX. A grande mudança, promovida na modernidade, trata-se do *locus* do sujeito que, em sua maioria, transportou-se do campo para a cidade. Em seguida, a nova vida cidadina tornou possível o desenvolvimento de novas tecnologias e mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais que perduram até os dias de hoje. A metrópole e a cidade, como aponta Simmel (1978), nos estimulou a novas experiências físicas e psíquicas justamente por produzir uma nova complexidade de relações.

Intelectualidade, autopreservação, calculismo e exatidão são, segundo o autor, algumas das principais características que marcam a era moderna das cidades. O que antes, na vida de pequenos círculos habitacionais e, mais especificamente, rurais, era dotado de pessoalidade, hoje, ilustrado pelas relações dentro do contexto urbano, é majoritariamente impessoal e individual. A cidade se tornou um lugar de intensidades que é movido pela lógica do capital, que transformou o conhecimento da natureza em uma luta pelo lucro e pelo valor de troca das mercadorias.

Em consequência disso, com o crescimento das cidades e de suas populações, diferentes grupos culturais passam a habitá-la em busca de espaços e oportunidades, garantindo a forte coexistência da diversidade de pessoas, vontades, anseios e costumes dentro de um mesmo cenário urbano. É importante observar, mesmo que brevemente, que esse processo – que em primeira instância já nos parece óbvio – é marcado pela impessoalidade criada pela economia do dinheiro. Nesse sentido, a vida cidadina, mesmo não se resumindo às relações de trabalho, apresenta relações sociais impessoais, mesmo quando reconhecemos certo entendimento acerca do “outro”. A cidade é um meio de grande diversidade social, embora sem grande reciprocidade. Então podemos nos questionar sobre como é possível, em um mesmo lugar, existir tanta diversidade e, ao mesmo tempo, os indivíduos agirem de maneira calculista e introvertida, nos perguntando também como se dá essa interação entre diferentes e quais resultados ela pode gerar, nesse cenário regido por individualidade e autopreservação.

Tendo em conta essa grande heterogeneidade social e cultural existente nos grandes espaços urbanos contemporâneos, e levando em consideração o intenso processo de individualização³ existente, um conflito que emerge é justamente a heterofobia.

Em outras palavras, considerando que diferentes classes sociais e diversas culturas, de alguma forma, convivem conjuntamente, o conceito de heterofobia surge para explicitar como determinadas diversidades não são bem vistas e aceita aos olhos de alguns. É, portanto, na cidade, que o preconceito à diferença e ao diferente daqueles já estabelecidos⁴, produz estigmas e segregações frente ao “estranho”. A heterofobia refere-se também a situações de violência contra grupos que não são vistos como de mesmo valor às classes e culturas dominantes.

Neste capítulo me proponho a discutir a cerca de movimentos que contribuem para a segregação espacial na cidade de Uberlândia/MG. Incentivados pela proliferação da sensação de insegurança e de medo na cidade, esses movimentos são a favor do distanciamento do “estranho”, sendo definidos pela especulação imobiliária e pelo poder aquisitivo e de classe.

1.1. O espaço dividido: a cidade não é mais de todos

Toda cidade possui contrastes variados, sejam eles sociais, econômicos, culturais ou políticos. Nesse sentido, estudar uma cidade, desbravando suas ruas, nos permite perceber o quão visíveis são esses contrastes, pelo fato de assim se avistar as diversas paisagens, espaços, diferenças, subjetividades, relações de poder e interesses existentes nas localizações de cada casa e comércio. São tais contrastes também que, de certa forma, definem a cidade, demarcando suas fronteiras de desigualdade.

Assim, a vida cotidiana e a relação das pessoas entre si, bem como a relação dessas com o espaço demonstram, sobremaneira, as diferentes formas de viver em uma mesma cidade. Vêras (2016), em estudo intitulado *Dimensões sociais das desigualdades*

³ Simmel (1978) e Bauman (2003) são dois dos autores que discutem o processo de individualização do ser na modernidade;

⁴ Por “estabelecidos”, refiro-me à parte da sociedade que ocupa o espaço urbano e que se encontra em posição que se autoafirma e autolegitima dominante frente às diferentes camadas sociais e culturais.

urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo, nos mostra que, na cidade de São Paulo pode-se notar a presença de uma segregação espacial e discriminação social a partir das diferentes habitações que os moradores e classes possuem, sendo uma relação e, ao mesmo tempo, uma combinação entre estabelecidos e outsiders (Elias, 2009), em que discute a produção do “outro” e a presença de preconceitos que essa possui.

A habitação não apenas se refere a um teto e a quatro paredes que aconchegam os indivíduos para seu repouso, segurança e privacidade, mas também uma representação territorial e espacial de cada classe existente na cidade. Na discussão que se refere ao direito à cidade, o geógrafo Henri Lefebvre (2001) enfatiza que vivemos em uma cidade deteriorada pelos interesses burgueses e que apenas a classe que trabalha, que conhece a rotina urbana, as distâncias, os deslocamentos e os perigos é quem deveria renová-la para à conquista do direito à cidade, de forma que todos possam usufruí-la de uma maneira livre de preconceitos. A partir da leitura de Vêras, pode-se complementar que a cidade, portanto, está cheia de desigualdades sociais e urbanas, e a habitação constitui-se como um recurso para apreendê-las, uma vez que o uso do território e da natureza, na economia capitalista, perde seu valor de uso pela exaltação do seu valor de troca, ou seja, hoje importa e tem mais valor o lucro e capital que determinada localização pode gerar a curto ou a longo prazo.

Sob esse olhar atento à diversidade, passarei, a partir de agora, a observar a cidade de Uberlândia, situada na região do “triângulo mineiro”, no estado de Minas Gerais. Uberlândia tem se expandido ao longo do tempo e passado por diversas transformações rápidas. Espaços que há tempos eram compostos por terrenos inabitados, hoje dão lugar a novos empreendimentos que modificam a forma de ver e viver a cidade. Essa expansão segue o mesmo sentido de metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, pois, nas palavras de Villaça (2011), as classes mais ricas abandonaram o centro das cidades, deixando-o entrar em “decadência” devido à nova apropriação do espaço pelas classes populares, para organizar seus polos comerciais em novas regiões.

Dessa maneira, o crescimento da cidade e das moradias que se afastam de áreas centrais podem também ser analisadas levando em consideração a estrutura capitalista sob duas perspectivas: (I) o afastamento voluntário, para diferenciar sujeitos que querem privacidade, exclusividade e maior benefício em determinadas áreas no espaço urbano e

(II) o afastamento involuntário, para segregar e marginalizar grupos não bem-quistos enquanto frequentadores de áreas centrais. Parte-se, então, do princípio de que cada morador vive a cidade de uma forma e é beneficiado ou prejudicado, sendo aceito ou não por ela, ou até mesmo valorizado ou desvalorizado dentro de sua estrutura.

1.1.1. O afastamento voluntário: a busca pela homogeneização na cidade

No caso da cidade mineira que aqui se explica, como já dito, espaços que antes eram inabitados, hoje despertam interesses e já se apresentam como extensos pedaços de concreto devido ao alto investimento financeiro, como por exemplo, a região sul da cidade, onde se nota um grande avanço do polo comercial e de investimento empresarial⁵. Cabe ressaltar que nessa mesma região, onde o capital financeiro é altamente investido, a maior concentração de habitações são as de condomínio fechados ou dos chamados “enclaves fortificados” por Teresa Pires do Rio Caldeira, em *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, lugares esses muito similares a verdadeiras ilhas de proteção destinados à moradia das classes de maior poder aquisitivo. Tal habitação é afastada do centro mais populoso da cidade pelo fator voluntário dos moradores, que visam sua separação do resto urbano, por motivos de maior privacidade, medo e também de estranhamento à heterogeneidade social e cultural existente. Assim,

[...] aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (Caldeira, 2000, p. 259)

Essa parte específica da cidade foi recentemente ocupada com maior intensidade⁶, dado que, até então, ela fazia parte do perímetro rural. A mudança só veio com as recentes expansões da cidade. É importante ressaltar que, em Uberlândia, a zona sul, a partir da

⁵ A zona sul foi considerada em 2007, pelo Plano Diretor, como uma das principais áreas de expansão, devido ao grande vazio urbano que era encontrado na região, atraindo o investimento estatal em infraestrutura para a construção de diversos centros comerciais e de condomínios horizontais fechados (MOURA, 2008).

⁶ Durante os anos 2000, marcados pelos loteamentos de vários condomínios horizontais fechados de alto luxo, como Jardins Roma, Jardins Barcelona, Residencial Carmel, Residencial Inglês Itapema, Bosque Karaíba, entre outros.

denominação estabelecida pelo parcelamento municipal do solo⁷, não indica necessariamente o poder aquisitivo do morador, uma vez que ela abriga uma “zona sul rica” e uma “zona sul pobre”. Trata-se de região relativamente extensa, comportando vários bairros habitados tanto por condomínios fechados como por casas germinadas, fruto do programa Minha Casa, Minha Vida. Ainda que de maneira longínqua uma da outra, essas realidades de moradia retratam também a desigualdade social latente nas periferias da cidade.

Essa nova expansão habitacional da região sul pode ser ilustrada pela construção do Uberlândia *Shopping* (2012), – que para sua construção, a cidade teve de abrir portas para o investimento do capital estrangeiro – uma universidade privada e condomínios se encontram próximos ao bairro *Shopping Park*, esse último um bairro habitado majoritariamente por populações de baixa renda.

Neste presente estudo, enfatizarei a análise da “zona sul rica”, pelo fato de me inserir com maior profundidade em um bairro caracterizado pela maioria dos moradores sendo de classe média – embora não seja possível isolá-lo da estrutura urbana e dos bairros que o cercam. É nessa parte da cidade, por exemplo, que estão muitos prédios de comércio. Percebe-se, nessa zona em específico, que se estabeleceu, além de uma verticalização residencial, uma grande verticalização comercial e empresarial.

Além dos empreendimentos já mencionados, e da recente inauguração do denominado Pátio Vinhedos, – um conjunto de lojas que contém restaurantes, lanchonetes, padaria e até mesmo uma escola – essa parte da cidade foi também intensamente habitada. É importante ressaltar que, dado a quantidade de serviços para atender ao público alvo de moradores da região elitizada, é interessante perceber que tais bens e produtos se estabelecem para que os moradores não tenham que se locomover para outras partes da cidade. Assim, a proximidade com serviços direcionados ao núcleo da classe média-alta torna-se de análise fundamental.

É interessante perceber, de início, a estética predominante das casas que compõem os vários condomínios habitacionais da região. Vistas ao longe, as casas são extremamente parecidas, em tons claros e brancos, em que predominam paisagens

⁷ Atualizado pela Lei Complementar 669/2019.

cercadas por muros. É fato que tais condomínios exigem de seus moradores um certo padrão de construção, com casas extremamente parecidas e padronizadas e que não podem ser alteradas por eles de forma “aleatória” ou livre. Vistas com certa distância, é perceptível o padrão de tais casas que se assemelham a conjuntos habitacionais, tal qual a do Residencial Pequis⁸ – guardadas, por obviedade, as devidas proporções econômicas, pois ainda assim, tais estruturas são construídas em um padrão que possui a intenção de diferenciar as camadas sociais mais altas da mais baixas.

Toda essa homogeneidade social exige um controle extremo de quem entra e sai desses condomínios. Nesse sentido, e apenas nesse, muitos condomínios de alto padrão em muito se assemelham a prisões, diante da extrema burocracia com que tratam os trabalhadores e visitantes, visando o controle de cada uma das pessoas que frequentam essa “mini-cidade ideal”. Nos dias de hoje, em busca de segurança e conforto, cada vez mais os condomínios procuram construir um modelo de cidade ideal, proporcionando aos moradores diferentes serviços. Ou seja, a lógica da segurança e do medo também acaba por influenciar os novos padrões de construção, que não são feitas para interagir com as ruas e ser requisitadas para visita.

Uma questão – que não é particular, pois veremos à frente – relacionada aos condomínios é o caso do Parque Gávea – também localizado na região sul – que é público, construído sobre uma área de reserva ambiental e de domínio público da cidade. O Parque é cercado, dando assim ares de que é particular e privado, sob a justificativa do “apadrinhamento” do parque pelo condomínio, mesmo que nem todos saibam disso, e mesmo porque, provavelmente, exista uma tentativa de esconder tal fato. Afinal, se tais núcleos burgueses se afastam da cidade em busca de exclusividade e separação do restante dos indivíduos e, todos os outros problemas que ficam barrados dos muros altos dos condomínios, há uma clara necessidade de impedir a circulação de tais indivíduos do seu espaço e de sua “propriedade privada”.

O Vigilato Pereira – bairro analisado e campo de análise nesta monografia – se expandiu para a região sul antes das construções dos condomínios fechados, ele foi submetido a uma nova alternativa para se organizar e prevenir a criminalidade, diferente de construir muros de concreto que determinasse aquele parcelamento como privado. No

⁸ Trata-se de residencial popular, localizado na zona oeste da cidade de Uberlândia/MG, fruto do programa Minha Casa, Minha Vida.

Vigilato – após ter conhecimento sobre uma experiência semelhante do bairro, também da zona sul, Jardim Karaíba – um grupo de moradores do tem se articulado, juntamente com a atuação e recomendação da Polícia Militar da cidade de Uberlândia/MG, para afastar e “protegê-los” do “outro”. A Polícia Militar ronda o bairro e está disposta a qualquer chamado de outros bairros da cidade para implementar o programa público de “Rede de Vizinhança Solidária”. De forma similar ao que acontece com o Parque Gávea que, na prática, funciona quase que de forma “privatizada”, alguns moradores do Vigilato Pereira, tem tentado estabelecer um uso seletivo de praças e outros espaços públicos.

Analisarei mais à frente os desdobramentos desse programa, mas cabe adiantar que esses espaços que são renovados e modelados para atenderem a tal desejo, acabam por reforçar uma nova relação do cidadão com o espaço público, onde existe uma tentativa de transformá-lo em propriedades privadas. Shering e Stenning (1981 e 1992) apresentam o conceito de propriedade privada de massa (*mass private property*), que se referem a espaços particulares que tornam-se *locus* da vida pública em massa, como por exemplo clubes, parques privados e *shopping centers*. Apesar de ruas, praças e parques constituírem espaços públicos, que permitem que o direito à liberdade de ir e vir seja exercido, passam a serem vistos e gerenciados como espaços privados. Na cidade não apenas constrói ambientes privados, mas também pode incentivar uma consciência de que o espaço público pode e deve se tornar privado. A rua e sua essência acaba por se deteriorar e dar margem à noção de privatização da vida pública.

1.1.2. O afastamento involuntário: expulsando as populações de baixa renda

Questão importante a levantar é, diferente daquelas pessoas que se afastam por querer viver separadamente, a fins de construir uma “sociedade ideal”, temos, na maioria dos casos, as pessoas que são “empurradas” à morar o mais longe dos seus ambientes de trabalho e sendo afastadas dos centros de comércio e lazer da cidade. A intenção na criação de bairros afastados é, principalmente, de colocar o trabalhador o mais longe possível das áreas centrais da cidade e de seu local de trabalho e isso pode ser visto em muitas cidades de economia capitalista. Isso dificulta a vida do trabalhador em sua locomoção diária, principalmente porque o mesmo leva em torno de uma hora ou mais para chegar a seu destino. Além disso, é claro que as classes de maior poder aquisitivo querem mais vantagens perto de si, tendo poder e dominação para estarem tanto perto de seu emprego, bem como de suas necessidades de compra e lazer.

As desigualdades, portanto, são também impostas por meio do “direito à habitação”. Mesmo quando se apresenta como demanda social frente ao Estado, que responde via um programa ou uma política pública, como no caso do Minha Casa, Minha Vida. Mesmo nesse caso, segundo Vêras, a inclusão não é completa, pois mesmo que exista o financiamento para que pessoas de baixa renda adquiram sua habitação, a mesma é básica, extremamente afastada da cidade e padronizada, recusando assim, de forma inicial, a subjetividade do outro que não pode expressá-la nem mesmo onde habita. Quero dizer com isso que as dificuldades para o processo de estabelecimento das minorias na cidade existem, não apenas por menor poder aquisitivo, mas também pela não aceitação do “outro” por parte dos já estabelecidos, o que explica a “necessidade” de viver em lugares homogêneos e fechados ao que se difere da classe e cultura dominante.

O que se pode perceber, nesse sentido, é a apropriação do Estado e do capital sobre o espaço para isolar o “outro”, seja com discriminação ou banimento, afastando-o do resto da cidade, moldando a expressão de sua subjetividade e ferindo assim, um princípio de alteridade, guardadas as proporções. Heitor Frúgoli Júnior acena que

Tal diversidade, muitas vezes realmente conflitiva, é vista de forma absolutamente negativa, principalmente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, que há muito abandonaram o espaço urbano central e deteriorado da cidade. Ademais, o conceito de deterioração, nesse caso, é estendido às pessoas e atividades exercidas nesses espaços, e não ao processo urbano que gerou tal quadro social. Essa representação intolerante implica uma visão sobre a rua como invariavelmente local do perigo à espreita, do crime e do tráfico de drogas, devendo ser evitada a todo custo, articulando-se como uma das soluções mais solicitadas a presença de um policiamento ostensivo, visando controlar tais manifestações. (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, pág. 35)

Nessa passagem, é possível verificar que o espaço urbano, portanto, é produzido para isolar e fugir do outro, considerando as ruas – espaços públicos em que, na teoria, a diferença possa coexistir – como espaço de tremenda violência e ameaça de perigo. A diversidade de classes e culturas e o medo referente a ela - por parte das classes de maior poder aquisitivo - explica o atual processo de maior exclusão voluntária nas cidades, que esvazia os espaços públicos e, para além disso, os tratam como se fossem privados, vigiando e zelando por eles da maneira que afasta o outro daquilo que é seu direito.

A heterofobia, segundo Vêras, é, portanto, um elemento responsável pelos casos de violência e banimento do outro na cidade, pois não se aceita o diferente e o estranho

perto de si, com medo de que ele dispute espaço e, possivelmente, oportunidades de emprego com os estabelecidos – isso é facilmente percebido nos discursos xenofóbicos, que recusam a presença de imigrantes pelo fato do imaginário social acreditar que já existem dificuldades de vida para os próprios “nativos”, e se deve focar em melhorar a situação para os que já estão aqui ao invés de acolher novos seres humanos. Dessa forma, a vida do “outro” está sempre passível à territorializações e desterritorializações, tendo laços de pertencimento construídos e destruídos, ou seja, sua habitação e condição pode variar, embora sempre defina desigualdades sociais e a imagem do “outro” como menor e diferente.

1.2. Banimento: fronteiras sociais que demarcam os limites do bairro ordeiro

1.2.1. A construção do estigma

Entendendo a heterofobia não apenas como um pejorativo estranhamento ao diferente, mas também como a necessidade de diferenciar o “estranho”, sabemos que ela é determinante de segregação espacial. Entre outros desdobramentos que ela pode gerar, temos, antes, a fabricação de estigmas sobre aqueles ditos como estranhos ou diferentes. Quero dizer, assim, que antes a segregação está associada à visão negativa que se tem de determinadas pessoas, ao “rebaixar” e classificá-las como portadoras de características negativas. Tais características estão relacionadas, muitas vezes, ao preconceito de classe e de etnia.

Ao pensar esta relação entre estigma e segregação espacial, é possível identificar a presença do sentimento de medo de um grupo social para com indivíduos estigmatizados. Nas ruas de um bairro e em outros espaços públicos – como praças e parques – devido a uma maior popularização da ocupação do ambiente, em que o “choque” entre classes possui maior presença, as classes de maior poder aquisitivo desenvolvem certa insegurança nesses espaços por terem que dividi-lo com o outro. No bairro Vigilato Pereira, em que os moradores adotaram o programa de Rede de Vizinhaça Solidária, esses sentimentos se demonstram em diferentes maneiras. Primeiramente, em entrevista com um policial militar que trabalhou por mais de 10 anos no programa deste bairro – que designarei e irei me referir como Entrevistado 1 –, ao explicar sobre o programa, definiu que o objetivo do mesmo é de levar tranquilidade e estreitar os laços com o “cidadão ordeiro” ou “cidadão de bem”. Neste sentido, já há uma

diferenciação, sem significado explícito – a qual cabe questionar – entre o tipo de cidadão que “merece” se aproximar e ter amizade com a Polícia Militar. O programa me faz pensar nessa questão sobre estigma por algumas situações que vão além de um simples entendimento de segregação espacial entre bairros.

O bairro Vigilato Pereira⁹, principal foco de análise desta monografia, também localizado na região sul da cidade, estando bem próximo aos complexos comerciais e de condomínios, também se preocupa em se “distanciar” social e culturalmente do resto da cidade, principalmente por estar localizado ao lado de um dos bairros mais estigmatizados pela população uberlandense: o Lagoinha. Por isso que não é possível, neste estudo, isolar um bairro e explicar a segregação espacial apenas por essa ótica, como condena Villaça (2011). Os sentimentos de medo e de insegurança que os moradores do bairro de classe média-alta sentem, muito se refere à proximidade com o bairro popular, uma vez que temem a mistura com o outro, bem como a criminalidade de tal, segundo a percepção social sobre ele.

⁹ Em contraste a esta análise referente aos bairros ocupados pelas classes de maior poder aquisitivo, localizados na zona sul da cidade, pode-se analisar a relação que outros bairros periféricos possuem com a classe que o habita, como o bairro Luizote de Freitas, situado na região oeste da cidade, construído inicialmente para ser habitado por trabalhadores. É periférico e afastado do centro da cidade de igual maneira, embora o seja por um fator involuntário àqueles que o habitam, uma vez que os trabalhadores que nele vivem são “excluídos” do centro da região do trabalho. O bairro está localizado ao lado do Jardim Patrícia. Esse último foi construído depois, sob gestão do prefeito Virgílio Galassi, com a intenção de ser ocupado pela classe média baixa e classes baixas. Foi um bairro construído em 1981 e se localiza na zona oeste da cidade Uberlândia, onde está localizado o trabalhador de baixa renda. Na avenida José Fonseca e Silva – a “principal” do bairro Luizote, como é chamado popularmente – é possível observar, portanto, uma grande quantidade de lojas, até porque o comércio próximo facilita bens e serviços que são de difícil acesso para o morador em outras áreas da cidade. De certa forma, o bairro se tornou um sub-centro, com lotéricas, bancos, lojas de departamento, entre outras, com intuito de fornecer o que a população do bairro demanda. De igual maneira, é importante evidenciar que, no quesito de recursos em um bairro que não o central, o bairro só sai em desvantagem para o Santa Mônica. Tal condição comercial do Luizote, para tanto, acaba também por afastar ainda mais o morador do restante da cidade, mesmo que tendo atendido suas necessidades básicas. Isso se dá pela desigual distribuição do espaço urbano, em que as classes dominantes o controlam para possuir muito mais benefícios que as outras classes, seja no aproveitamento do espaço, como do tempo de deslocamento existente nas cidades. Apesar dessa condição, o que se pode perceber, enfim, é que o Luizote se desenvolveu muito, e mudou sua configuração original, que não continha casas germinadas, o que facilitou tal expansão, já que cada morador modificou a casa ao seu modo e de acordo com sua subjetividade. O que antes eram casas menores, se expandiram e ganharam configurações novas relacionadas aos moradores, que cada um a seu tempo e modo conseguem modificá-las - ainda que o direito à cidade (cf. Lefebvre) não tenha, para tais grupos, sido uma realidade objetiva.



Mapa 1: Fronteira entre os bairros Vigilato Pereira e Lagoinha na região Sul de Uberlândia/MG. Fonte: GuiaMais (<https://mapas.guiamais.com.br/uberlandia-mg>)

De acordo com o Mapa 1, é possível visualizar que o Vigilato Pereira está situado próximos aos bairros Saraiva, Jardim Inconfidência e Lagoinha, estando também próximo à Avenida Rondon Pacheco e ao Parque Linear do Córrego Lagoinha. Dentre esses, o Lagoinha é o menos bem visto pelos moradores. Como se pode notar, a fronteira entre os dois bairros se dá na rua pontilhada que desce da Rua São Francisco de Assis, até o Córrego Lagoinha – nesse ponto, encontra-se um condomínio residencial fechado, um enclave fortificado que separa os limites dos bairros. O bairro Lagoinha se tornou e é tratado como um lugar estigmatizado por comportar, em sua maioria, famílias de baixa renda, residências populares, sendo algumas, de infraestrutura precária, e também por possuir pontos de consumo e tráfico de drogas. Portanto, é visto como uma “vizinhança indesejada” pela população do bairro Vigilato.

Segundo o policial (Entrevistado 1), o índice de criminalidade do bairro era altíssimo antes da implementação do programa, por ser do lado do Lagoinha e pelo fato dos chamados, por ele, “malas”, transitarem pelo bairro para chegar a outros destinos da cidade. É com esse termo – mala – que se nota a identificação mais explícita do estigma criado ao sujeito morador do bairro com casas e famílias de menor poder aquisitivo.

Goffman (1963) estabelece uma discussão acerca dos estigmas encontrados em uma estrutura social que impõe um padrão do “normal”, que é composto por exigências que devem se seguir. Devemos, nesse contexto, sempre nos auto-regular para encaixarmos nos padrões estabelecidos e quando um indivíduo foge dessas exigências, é

enquadrado como estranho. Nesse ponto, o autor pondera que possuir um aspecto diferente do estabelecido, é tornar-se estigmatizado. Todo diferente é estigmatizado. Todo estigmatizado será visto pela sua diferença e por apenas ela. Os ditos “normais” – nos termos de Goffman – possuem tendência a repulsar, ter medo e possivelmente ódio do que for enquadrado como estranho.

Dessa forma, ao discutir sobre a fabricação de estigmas dentro de uma sociedade, é certo que esta estabelece maneiras de se adotar um padrão do normal para se encontrar em cada ambiente social. Na cidade – onde tratarei aqui – existe a criação de estereótipos de quem está presente em cada ambiente, como uma espécie de territorialização. No bairro aqui estudado, a categorização é encontrada ao ponto em que a Polícia Militar relata e classifica a presença de “malas” e de “indesejados” nas ruas de um bairro que, quer não apenas tornar sua rua um local seguro em seu entendimento, mas também transformá-lo em um espaço exclusivo. É de grande importância pensar nesses termos, uma vez que é o que afasta o indivíduo dos espaços públicos e o torna prisioneiro de seu próprio lar – se não se pode colocar muros em volta das ruas e transformar aquele bairro em um condomínio, se tenta eliminar qualquer presença indesejada das ruas.

Vejamos, em seu relato, onde o Entrevistado 1 conta sobre uma situação específica de trabalho. Ao avistar, em seu termo, “malas”, nas ruas do bairro em que o programa está funcionando, logo os abordou, impondo a todos que não era mais para voltar a andar por aquelas ruas. Segundo ele, estavam a fim de praticar um crime, mas disso não se tem certeza. O que se deve atentar, é para o fato de que, apenas por estarem transitando pelo bairro, já estavam fazendo algo de “errado”, como se ali não fosse um lugar que fossem aceitos e permitido para usufruir; afinal, a rua não é pública e transitar por ela não é seu direito? O problema que é importante frisar aqui é sobre a maneira que o Estado atua, com apoio da sociedade que lhe dá legitimidade, uma vez que os próprios cidadãos e moradores são incentivados para alertar à Polícia e a seus vizinhos quando notarem a presença de um “estranho” na rua, assim, compondo uma rede de vigilância em que a responsabilidade de garantir a segurança é dividida entre a PM e a população.

A princípio aí, quando eu comecei sozinho, os “malas”, bandidos, cidadão infrator aí do Lagoinha que passavam a pé pelo bairro, não entenderam aquilo: “o que será que é aquele policial sozinho. O que será que tá fazendo aqui?” O que eu fiz? Eu abordei eles! Não tive medo nenhum de abordar eles e dei a letra pra eles. Informei que “a partir de hoje estou aqui 24 horas” [...] eles pensam que é mentira pois não tem

como eu trabalhar 24 horas e não ter descanso, mas o projeto de vizinhança solidária dá esse poder de 24 horas, porque eu não estando no local, os vizinhos vão estar, então eles seriam meus olhos, igual nas reuniões que explicávamos que a população do Vigilato Pereira seria os meus olhos. A Polícia não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Então, eles [se referindo aos cidadãos infratores], vendo nosso objetivo, eu abordando eles, as informações foram sendo passadas. Daí eu abordava o mala lá e mandava ele voltar. Os dois primeiros voltaram, porque né, eles não tinham que passar por ali e queriam mesmo era praticar um crime. Aí um começou a falar para o outro “ali tem um policial que fica abordando demais. O resultado disso foi a diminuição dos crimes, porque a gente estava atento, a população estava atenta, aí já não tinha mais vítima em potencial né, pois a vítima estava esperta. Então ela já estava mais do lado de fora desatenta a quem se passa na rua; se tiver lavando e ver uma pessoa longe, entra pra dentro, fecha a porta e espera ela passar, entendeu? Ou quando for lavar o passeio, que combine dois ou três vizinhos para lavar, porque são nessas situações que os infratores se aproveitavam da distração dos moradores para poder assaltá-los, tá *okey*?! (Entrevistado 1) [obs. do autor]

Como se observa, a busca por segurança acaba por legitimar ações de policiamento que agem de forma coercitiva sobre os agentes que são julgados por oferecer determinado “perigo”, imprimindo, assim, lógicas autoritárias e excludentes, ao vigiar, revistar e proibir a livre circulação de qualquer indivíduo nas ruas do espaço urbano. O espaço público urbano perde força e as pessoas buscam fórmulas de escape e de fuga de tais ambientes, acreditando fervorosamente na soberania do espaço privado, pois nele o que se tem é controlado, conhecido e permitido, não precisando conviver com interferências “estranhas” e diferentes.

1.2.2. A gestão do estigma

Existe uma preocupação por parte da sociedade civil e do Estado para – já que estigmatiza indivíduos dessa maneira – encaixá-los nos padrões “normais”? Falo do estigma enquanto fruto de preconceito de classe, e, dessa forma, a preocupação estatal deveria ser em agir para construir a equidade, para que seja possível melhorar as oportunidades desses, para que consigam se inserir no mercado de trabalho e assim, melhorar a qualidade de vida, certo? Entretanto, não é o que parece acontecer. Goffman define que o estigma revela duas identidades que o indivíduo pode ou deve possuir, sendo uma existente e uma em potencial:

Caracteristicamente, ignoramos que fizemos tais exigências ou o que elas significam até que surge uma questão efetiva. Essas exigências são preenchidas? É nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em

relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma categorização “efetiva”, uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. (Goffman, 1963, p. 6)

Portanto, essa identidade social virtual pode ser entendida como aquilo que o indivíduo deveria ser, ignorando seus atributos e características particulares, encaixando-se no padrão esperado. Voltando à pergunta, sobre se a cidade quer, de fato, transformar o ser ou se quer apenas bani-lo, percebe-se que a própria Polícia Militar, juntamente com a sociedade que legitima sua atuação, acaba por agir nessas situações de maneira a excluí-los, haja vista que não permite nem que andem e transitem por bairros protegidos por esse imaginário social. A intenção parece ser cada vez mais a de homogeneizar os espaços, separando classe de classe, etnia de etnia, e conviver perto da categoria estabelecida e daqueles estereótipos que se aproximarem do padrão.

A expectativa de que o “mala” se torne um “normal”, então, se aproxima apenas da ideia de que ele deve viver e estar longe. Diferente de outros estigmas em que os estigmatizados sofrem com julgamentos de que deveriam deixar de ser algo, para se tornar outra coisa, o “mala” é apenas banido. Isso, se baseando em pré-concepções que por possuir atributos, é encaixado como alguém que não deve transitar por ali. Outro ponto que não se deve esquecer é que o estigma existe, portanto, pela heterofobia, por se querer viver perto de semelhantes – que no imaginário social, automaticamente não oferecem perigo – e também pelo medo.

O suspeito, o perigoso ou o “mala”, é, portanto, por algum motivo, avistado e temido. Como se sabe quem o é? Não se sabe. Mas como se desconfia? A partir do medo e do estigma imposto a alguns, pois, como dito, a própria Polícia Militar reconhece um padrão daquele que pode cometer um crime e qualquer perigo para os cidadãos. Desconfiam do estranho, do diferente.

Além de uma análise entre estigma e medo, não posso deixar de atentar para o fato que, independentemente do estigma, a sensação de medo e insegurança na cidade é grande, podendo causar uma enorme repulsa a qualquer evento, situação ou indivíduo que transite pelos espaços públicos. O Estado, portanto, age de duas maneiras que acabam por

contribuir para a segregação e para a exclusão: legitimando que a Polícia Militar atue coercitivamente por sua lógica de vigilância e punição, e investindo em áreas do espaço urbano para que as classes ricas possam se estabelecer em novos territórios, longe de vizinhanças indesejadas. Ou seja, é notável que a intensidade do controle social sobre os espaços públicos está evidente e se solidificando nas mãos da ação estatal e civil, uma vez que se visa o banimento e exclusão do estigmatizado.

1.3. Medo: um componente da heterofobia

O medo pega pelas ideias.

(Tito e os pássaros, 2018)

O longa-metragem brasileiro de animação intitulado “Tito e os pássaros” (2018) conta a história de um mundo distópico em que o medo é a doença mais contagiosa, e Tito – garoto que diz não sentir medo de nada – busca soluções, junto com seu pai cientista, o Dr. Ruffus, para superar a epidemia da doença medo, denominada como “o surto”. O medo, enquanto doença, infecta as pessoas e, entre em seus efeitos, está desenvolver um processo de encolhimento de seus corpos até se transformarem em uma pedra que não fala e nem se expõe – uma pedra introvertida. O medo existe e está sempre à espreita, sempre podendo infectar alguém. Em certa fase, Tito se mostra preocupado com a epidemia e em se infectar pela doença, até que ouve a frase de seu pai que abre este tópico, de que o medo – tratado como doença na animação – se pega pelas ideias. Quanto mais as personagens se expõe ao mundo, saindo de casa e assistindo as notícias das “barbaridades” que acontecem pela cidade, mais perto de ceder ao surto elas estão. As soluções que o Estado e a mídia propõem para a epidemia são: se continuar vivendo em meio a todos, deve-se isolar e prender-se em casa; a outra é para quem puder comprar os lotes do mais novo condomínio fechado, protegido por uma redoma, e mudar-se para onde só a melhor e a mais nobre parcela da cidade poderá viver.

Faço referência à trama justamente por traduzir como o mesmo problema é gerido pelo Estado e pela sociedade civil nos centros urbanos em que vivemos na realidade. O medo é uma emoção, um sentimento que é explorado entre nós e também por nós mesmos. Assim como outras emoções, ela é passível de ser condicionada ao contexto em que cada

sujeito vive. Em alguma cultura se pode ter medo de determinada coisa, e em outra, de outra coisa. Certo. Neste trabalho, todavia, penso em um imaginário social que reproduz um sentimento de medo frente ao perigo e ao risco, estando relacionado à violência, à criminalidade e à diferença. Sobre o medo enquanto uma emoção social, o trabalho do sociólogo das emoções português Fernando Nogueira Dias nos permite entender que o medo, em um contexto social, se torna uma emoção coletiva:

“[...] a falta de perspectivas quanto ao futuro, pelos problemas cada vez mais agravados do poder de compra, de habitação, das lacunas graves no sistema educativo e no sistema de saúde, da chaga do desemprego [...], contribui decisivamente para a criação e desenvolvimento de um sentimento generalizado de desesperança e de insegurança que se torna difícil de definir. A este sentimento difuso, nem sempre fácil de determinar, mas continuamente presente de forma latente nas nossas vidas, podemos designá-lo de emoção social, concretamente, medo social.” (Dias, 2006, pág. 296)

Nesse sentido, o medo, aqui analisado, é como uma consequência de um cenário em que as instituições estáveis e consolidadas, que viam o sujeito dotado de desejos e direitos, agora danificadas e instáveis, veem perigosos por toda parte. As certezas construídas em um mundo do trabalho, onde trabalhadores buscavam consolidar algumas poucas conquistas, não existem mais. Da mesma maneira em um novo sistema de economia e trabalho flexível, o trabalhador possui maior responsabilidade pela sua manutenção e sobrevivência frente a esse mercado fluido e instável.

Esses problemas se agravam na era da política econômica neoliberal. Bauman (2008) nos mostra como o desmoronamento das instituições e dos direitos que davam nome à modernidade está diretamente relacionado com os medos e a economia atual. Antes da guinada do neoliberalismo, o autor considera que a modernidade era sólida; garantia proteção aos indivíduos frente as relações de trabalho e sociais, garantia vínculos, sociabilidade e o principal, solidariedade entre sujeitos e instituições, mantendo assim relações de estabilidade entre tais agentes, e a confiança de aproveitar uma vida menos incerta.

Com a desregulamentação do Estado e sua menor intervenção na economia, devido às pressões neoliberais e do novo mundo do trabalho, – chamado de flexível – a solidariedade deu lugar à competição voraz, uma vez que os trabalhadores e a sociedade, com a perda das bases estáveis, passaram a ter de cuidar de si mesmo, de sua segurança e de sua “ascensão” econômica ou pelo menos, manutenção no trabalho. A cobrança

individual cresce em cada trabalhador e indivíduo que sobrevive a este sistema, e dessa maneira, o que antes era uma orgânica união, se derreteu na individualização dos seres e na materialização da competição.

O que é importante considerar é que, nessa condição dada pelo contexto social, influenciada pela esfera econômica, os indivíduos se deparam com maiores incertezas na vida em sociedade, gerando os sentimentos de medo, de insegurança e de desconfiança. Esse é o contexto em que, ao pensarmos nas relações existentes dentro das cidades, encontramos o imaginário social de que já não vivemos mais nos “mesmos tempos de antigamente”, de que temos que lutar e provar cada vez mais nossas identidades, de que temos que ignorar qualquer desvantagem social e econômica frente ao outro, pois, afinal, é esse sistema que também afirma e reafirma a noção de meritocracia. É também nesse cenário que os cidadãos reconhecem menor quantidade de direitos e desconhecem a função e a importância estatal na vida cotidiana e tornam-se responsáveis por qualquer sucesso ou fracasso que venha a atingir.

É, então, inegável que nessas condições, as palavras “risco” e “perigo” estejam presentes no cotidiano de inúmeras pessoas, e o grande objetivo parece ser o de se proteger frente ao risco e ao perigo que ronda a cidade. Se a luta aumentou para somar conquistas, o medo de perdê-las seguiu o mesmo caminho. É por isso que o medo frente à violência e à criminalidade se encaixa nessa discussão e pela mesma maneira propus esse panorama. A blindagem da vida privada e de sua materialidade provoca, de fato, a sensação de que se deve cada vez mais viver dessa maneira, fugindo do que é acessível a todos, ou seja, do que é público.

Assim sendo, a percepção social sobre o aumento da violência na cidade cria, portanto, a insegurança nos cidadãos e a disseminação de uma cultura do medo, que altera os costumes e as relações humanas em seu cotidiano. Segundo o sociólogo David Garland,

desde os anos 1970, o medo do crime adquiriu novo destaque. O que antes era referido como uma ansiedade localizada, que afligia as piores vizinhanças, agora é encarado como um problema social de primeira magnitude e como uma característica da cultura contemporânea. O medo de crime passou a ser visto como problema por si só, bem distinto do crime e de sua vitimização, e políticas específicas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir os níveis de medo do que de reduzir o crime. (Garland, 2008, p. 54)

O medo do crime é, na configuração atual, visto como um problema de primeira importância, sendo uma característica da cultura contemporânea que leva os indivíduos a solicitarem maiores medidas para sanar determinado problema. A carga emocional que é colocada sobre a cobrança de proteção é cada vez maior, visto o maior grau de medo que os indivíduos sentem a qualquer ação que suspeite ferir sua propriedade e seus bens, tanto físicos e materiais. Essas questões me preocupam por, neste trabalho, estar falando justamente de pessoas que em seus bairros e vizinhanças procuram maneiras fictícias e ilusórias de se proteger mutuamente prevenindo-se contra o crime, colocando, possivelmente, muito de sua privacidade e liberdade em cheque.

É interessante nesse ponto da discussão pensarmos nas questões debatidas nos tópicos anteriores desse mesmo capítulo, para decifrar algumas das estratégias que os sujeitos adotam, que foram influenciadas pelo medo. Explicarei melhor: em função da maior sensação de insegurança, dos constantes perigos e riscos que envolvem a vida urbana, as pessoas buscam por viver e socializar – quando são sociáveis – com semelhantes socialmente e economicamente, pois estes ocupam parecidas posições sociais e, por isso, oferecem menores riscos uns para os outros. Quando debato aqui sobre a construção e gestão de estigmas e segregação espacial, ambos os fenômenos estão de alguma maneira relacionados ao medo social, uma vez que, as mesmas pessoas que são afastadas involuntariamente e as mesmas que são consideradas “desviantes”, são também as mesmas que são vistas como capazes de oferecer perigo aos já “estabelecidos”.

O medo social não é sentido apenas em função da violência e da criminalidade, é também fruto da perda de emprego, perda de estabilidade social, financeira e cultural. Portanto, o “estranho”¹⁰ é visto como perigoso por ser diferente, por ter a imaginada possibilidade de “roubar” o lugar do estabelecido. O imaginário social e a noção do senso comum são a de que o diferente é desconhecido e, portanto, criminoso em potencial, e se assim o é, pode ser perigoso, e nesse caso, a possibilidade é vista como certeza. É onde outro lema do senso do comum. O ditado popular “melhor prevenir do que remediar”, ganha ares de unanimidade.

Um dos motivos que me levou a escrever essa monografia foi o fato das residências adotarem novas arquiteturas, com muros maiores, portões completamente

¹⁰ É notável o fato de que os estereótipos de criminosos são sempre relacionados a preconceitos como xenofobia, de classe e de raça.

fechados, contando também com a instalação de equipamentos de segurança como câmeras, cercas elétricas e alarmes. A chamada “arquitetura do medo” surge nesse mesmo cenário, sendo mais uma estratégia de defesa em função da percepção do perigo que a rua – e qualquer espaço público – pode oferecer. As casas residenciais não são construídas e planejadas para interagir com a rua, mas sim para reservar alguma interação apenas dentro dela; seus muros são muralhas e as cercas elétricas são as armas utilizadas para machucar o possível invasor. Esse movimento acaba por gerar um aprisionamento do ser, agravando ainda mais a individualização e a perda da liberdade, negligenciando as reais razões e as bases sociais que provocam esse problema. Silva e Bizzotto utilizam de uma boa analogia sobre o assunto e a obra “O Pequeno Príncipe”, de Antoine de Saint-Exupéry, para ilustrar esse pensamento:

Ao fim, o medo, porque precaução ao perigo (real ou imaginário), ao invés de liberta-nos, faz-nos refém, assim como o Pequeno Príncipe, que temendo perder o encanto da rosa busca protegê-la aprisionando-a sob uma redoma de vidro. Os medos são isso, ilusões de fortalezas humanas, mas que concretamente são verdadeiras redomas de vidro que não conseguem conter as angústias e frustrações que alimentam esse pavor constante. (Silva; Bizzotto, 2012, p. 11)

Nessa monografia não é meu objetivo criticar e julgar o medo de cada um, – pois eu e todas as outras pessoas sentimos medo de alguma forma e por algum motivo – mas sim pensar quais as causas deste sentimento quando externalizados coletivamente. Além de repensar o que vem sendo feito pelo Estado e pela sociedade civil para diminuir tanto a insegurança, bem como a criminalidade. Nos capítulos 2 e 3 discutirei como a Polícia Militar lida e gerencia as problemáticas relacionadas ao medo mencionadas nesse capítulo, bem como vou analisar as estratégias do programa de Rede de Vizinhança Solidária instalado no bairro Vigilato Pereira, zona sul da cidade de Uberlândia, que objetiva em sua premissa, justamente, diminuir a sensação de insegurança e a criminalidade no bairro.

O medo que conhecemos e sentimos não é uma doença como nos conta a história de Tito, mas sim uma emoção que é influenciada pelas relações e experiências sociais. Dessa maneira, como construímos esse medo dentro de nós e dentro de outros? Ou melhor, como o “pegamos”? Pensando sobre a frase que inicia este tópico, podemos pegá-lo pelas ideias. Os órgãos estatais, as classes dominantes e a mídia não apenas sabem

disso, como propõem soluções racionais de controle social para gerenciar e administrar a questão.

Capítulo 2

A segurança pública mineira e o estímulo à segurança privada

A Polícia Militar de Minas Gerais, por meio da apresentação e implementação do programa de Rede de Vizinhança Solidária nos bairros da cidade que apresentarem interesse na adesão, preocupa-se em exercer papel de informar e orientar a população urbana para evitar situações em que possa vir a tornar-se uma vítima em potencial, contando com a possibilidade de sofrer alguma ação de delito. A responsabilidade que a entidade assume se dá em termos de, como dito, orientação e atendimento às situações de crimes que sejam repassadas até seus agentes. Entretanto, parte dessa responsabilidade é dividida com a sociedade civil, que se torna ativa na vigilância e na exclusão de pessoas indesejadas do seu local de habitação.

Nesse segundo capítulo, a Polícia Militar e a política pública de segurança estudada ganham uma visibilidade e análise visto um cenário que envolve uma política criminal atuarial que influencia na maneira de vigiar e punir pessoas “desviantes”. Trata-se de uma política que promove uma incapacitação seletiva daqueles que são vistos como “inúteis” e incapazes de contribuir para as relações de mercado capitalista. A nova penologia não pensa mais em punir os indivíduos que cometem crimes para reintegrar à sociedade, mas sim utilizar a pena criminal para manter aqueles considerados perigosos e de alto risco o maior tempo possível fora da vida em sociedade. É a neutralização dos indesejados e desviantes de modo contundente e pelo maior tempo possível.

Dessa maneira, o capítulo é dividido em três tópicos: o primeiro, apresenta as ações da Polícia Militar de Minas Gerais e o programa de Rede de Vizinhança Solidária, objeto e campo de estudo nesta monografia. O segundo tópico analisa a política criminal atuarial e como ela influencia na formulação de políticas públicas de segurança. E, se como dito, esta política envolve a neutralização dos considerados perigosos, os criminosos que não agrupam esse cenário, ainda são vistos como proporcionadores de perigo e risco para outras parcelas da população, e é neste cenário que analisaremos, no terceiro tópico, a participação e importância do controle de vigilância exercido pela vizinhança e o agenciamento dos produtos de empresas de segurança privada, que assumem parte da responsabilidade estatal em executar a segurança.

2.1. Polícia Militar de Minas Gerais e programa Vizinhança Solidária

O programa Vizinhança Solidária, conhecido na cidade de Uberlândia também como Rede de Vizinhos Protegidos ou Rede de Proteção Preventiva¹¹, foi instalado como uma política pública de segurança no estado de Minas Gerais com o objetivo de levar à população maiores informações e orientações de proteção em relação a crimes contra o corpo, bens, residências e comércios e também em relação às sensações de medo e insegurança. Esse projeto será meu objeto de análise. Aqui proponho uma reflexão sobre a atuação policial, no âmbito da segurança pública, em relação às suas propostas de policiamento de maneira “aproximada” com a sociedade civil e no seu combate à criminalidade e ao sentimento de medo da violência.

É importante nos atentarmos que a Polícia Militar (PM) mineira já possui outras maneiras de atuar nesse sentido, em prol da segurança e proteção pensando na prevenção de criminalidade e outros eventos. Em seu portal oficial online¹², o órgão oferece uma página exclusiva para essas orientações, chamado “fique seguro”¹³. Assim, orienta que “cidadão informado, é cidadão seguro” e espalha diversas orientações, como já adiantei, não apenas frente situações de crime em potencial, mas também orientando sobre atitudes que previnem acidente em locais públicos e privados, com dicas sobre comportamentos que a população pode exercer frente diferentes situações. Aglomerações, aeroportos, cidades turísticas, bancos, casas, bairros, hospitais, transportes coletivos e escolas são alguns dos ambientes contemplados por essas orientações.

Estou aqui tratando do trabalho policial classificado pelo próprio Estado como preventivo. A intenção é que a sociedade execute suas atividades rotineiras de maneira segura, visando proteção individual bem como a de quem dividirá esse espaço. Portanto, a PM, enquanto órgão estatal, segundo sua própria definição, é responsável por promover um policiamento de manutenção da ordem, procurando também garantir um ambiente seguro para que se possa exercer vida, lazer e trabalho.

O programa de Vizinhança Solidária também se enquadra nesses serviços prestados pela PM, uma vez que nele a população também tem acesso às orientações de

¹¹ Esses são os nomes mais utilizados na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Em conversa com o Entrevistado 1, é explicado que o nome do projeto pode variar de cidade para cidade, ou de estado para estado, entretanto, todos possuem a mesma finalidade e mesmos objetivos.

¹² Confira em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/>

¹³ Para maiores informações consultar a página virtual: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalservicos/conteudo.action?conteudo=2141&tipoConteudo=itemMenu>

prevenção. Esse projeto vai além das dicas de autoproteção citadas a cima, por tentar construir uma rede de segurança ativa que seja conjuntamente promovida pela atuação tanto policial, como da população:

O projeto Vizinhança Solidária é instalado com a necessidade da aproximação da Polícia Militar com a população, tá okey? Então ele foi criado para estreitar os relacionamentos aí, por que quem mais conhece os problemas do seu bairro a não ser quem realmente mora lá? Entendeu? Então foi essa a finalidade do projeto Vizinhança Solidária: o estreitamento entre população e PM para poder ter uma maior segurança. Hoje qual que é o nosso objetivo aí? O objetivo da PM é garantir a tranquilidade do cidadão ordeiro. Então o que nós observamos é que esse estreitamento iria facilitar o contato com a PM, e, eles, in loco, estando no bairro, iriam nos passar os problemas que o bairro sempre teve, por exemplo aí, até coisas que não eram parte da segurança pública nossa, mas eram coisas que prejudicariam na segurança, como um poste de luz queimada, você está entendendo? Mato alto em canteiros ou terrenos baldios. Então isso tudo ajuda na segurança aí. Portanto, um dos primeiros focos do Vizinhança Solidária aí foi o estreitamento entre PM e cidadão de bem. *(sic)* (Entrevistado 1)

Nessa passagem da entrevista realizada com um policial de Uberlândia, que atuou no interior do projeto, podemos nos questionar sobre: Como é feito esse “estreitamento” na relação do bairro com a PM? Como é feito o estreitamento na relação entre vizinhos? Por que o uso dos termos “cidadãos ordeiros” e “cidadãos de bem”?

Como apresentado pelo entrevistado, nesse programa, a aproximação entre PM e população acontece no sentido que os moradores do bairro informam para a polícia as demandas do bairro no assunto de segurança e a PM, por sua vez, procura resolver. A partir da instauração do projeto em um bairro, ambas as partes podem ter um contato “diferenciado” e “especial” entre si, não estando mais dependente apenas do contato pelo número 190. Essa estratégia promove um contato muito mais rápido e dinâmico entre os agentes envolvidos.

Atualmente, a comunicação acontece pelos telefones pessoais dos policiais envolvidos no projeto. É criado um grupo pelo aplicativo de computadores e celulares, WhatsApp, e nele só participam moradores do bairro e os policiais militares que atuam naquele setor. E assim a comunicação é realizada. A comunicação física e presencial ocorre por meio de reuniões e palestras promovidas pela PM em cada bairro, divulgando sua cartilha de orientações para autoproteção do cidadão.

O projeto parte do princípio de que a segurança pública é “dever do Estado; direito e responsabilidade de todos” (Art. 144, Constituição Federal, 1988) e, desta forma, incentiva a população para trabalhar em prol da segurança e da vigilância de todos assim como o Estado. Analisando sua cartilha, o projeto, em tese, procura fazer aquilo que já faz de outras maneiras, orientar a população para evitar e se proteger de situações classificadas como perigosas, em que se tornam uma “vítima em potencial” de um crime.

Ao analisar as questões que influenciam e “facilitam” a execução de um crime, a PM informa que três fatores são responsáveis. Dessa maneira, o “triângulo” de um crime é apontado como a somatória de um “infrator motivado, uma vítima/alvo adequado e a ausência de um guardião”. A Polícia Militar apresenta para a população que sempre há um criminoso em potencial por perto há todo momento, e que nós podemos facilmente nos tornar uma vítima, e, por isso, orienta que adotemos práticas e comportamentos de autoproteção individual e patrimonial para minimizar essa probabilidade de risco. A principal medida a ser tomada é evitar o princípio da oportunidade de crime, ou seja, as “facilidades” que uma vítima oferece ao outro de cometer a infração. Entre essas são citadas: não esquecer portões e janelas abertas com fácil acesso para a rua; prestar atenção na rua de casa quando entrar e sair dela; caminhar com uma distância mínima de 20 metros de uma pessoa considerada “suspeita”; não transitar pelo espaço público de maneira distraída e deixando os bens materiais à vista, bem como não caminhar em locais escuros e esvaziados.

Essas orientações são expostas aos moradores que fazem parte do projeto pelas redes sociais e pelas reuniões e palestras com a presença da Polícia Militar, que se dispõe a ser acionada em qualquer horário do dia para verificar os resultados das cautelas e vigilâncias feitas pela população, que, por sua vez, relata situações classificadas como perigosas e arriscadas. Rondas policiais pelas ruas do bairro também são comuns. Além de demandas diretamente relacionadas à segurança, o projeto também atende a problemas de estrutura física do bairro, acionando órgãos da prefeitura para repará-los. Como conta o Entrevistado 1, matos altos, terrenos baldios e postes com lâmpadas queimadas são problemas que acabam afetando na segurança pois são locais que “facilitam” a oportunidade da ocorrência de um crime, e por isso qualquer problema estrutural possui a recomendação de ser rapidamente resolvido.

A Polícia Militar trabalha com o princípio de que, se não se consertar os defeitos visíveis, as pessoas que podem vir a cometer crimes perceberão que nada está sendo feito em relação àquilo. Portanto, um terreno que possui mato alto e pouca iluminação sempre será um local de abrigo para “pessoas perigosas” prepararem seus crimes e atingirem as vítimas em potenciais. O mesmo é orientado para a população em suas casas. Se alguém nota que seu portão está quebrado ou se está acumulando sujeira em sua calçada, é porque nada está sendo feito para solucionar esse problema e que as pessoas que moram nessa casa não são cuidadosas – é neste momento que o princípio da oportunidade surge e qualquer pessoa pode se tornar uma vítima. Essa é a relatada pelo Entrevistado 1 como a “teoria das janelas quebradas”, muito criticada, inclusive, no âmbito dos estudos de Criminologia.

Sabemos até aqui que a aproximação – chamada também de parceira – entre a população de um bairro e a Polícia Militar é um dos objetivos do projeto de Vizinhança Solidária. Mas como diz o nome do próprio programa, outro objetivo é construir e aproximar laços entre os vizinhos e moradores desse bairro, visando uma atuação coletiva e solidária, conhecendo e tomando os cuidados de proteção uns com os outros. Ou seja, aquelas orientações de autoproteção, também serve para que um indivíduo “olhe pelo outro”, ajude o outro a cumprir esse comportamento. Ao comentar sobre o grande índice de criminalidade em um bairro, o Entrevistado 1 conta que isso acontecia antes da implementação do projeto, pois os vizinhos não realizavam esse exercício e também explica como que eles deveriam se organizar:

Era porque o vizinho não conhecia o próprio vizinho. Então parava uma camionete lá que era para fazer uma mudança, que o próprio vizinho os conhecia de vista só, porque aí [Uberlândia] é cidade grande né... talvez você mora muitos anos numa casa e não conhece o vizinho do lado. Então é esse paradigma que nós queríamos quebrar, entendeu? O vizinho conhecer o próprio vizinho. Então isso facilitaria esse projeto, porque você ia confiar mais no seu vizinho. Quando você fosse viajar você falaria “olha, tô indo viajar, qualquer barulhinho ligue para a PM”... as pessoas assim “olha, tem pessoas rondando aqui pelo bairro, então fique em alerta”. Então, se você não está vendo... sabe que em cidade grande a população fica trancada dentro de casa, né? Então se o vizinho vê algumas pessoas estranhas ou você mesmo, daí acende o sinal de alerta. Esse era uma das funções do projeto aí. A função dele é identificar pessoas que possivelmente possam ser suspeitos e já alertar o grupo para ficar atento sobre aquela pessoa, e se aquela pessoa tiver andando no local lá, poderia acionar a PM que iria verificar e abordar para ver se era cidadão infrator ou não. E o que que acontece com o projeto? O projeto funciona com o engajamento dos vizinhos, certo? Os

vizinhos próximos... não podem ser os vizinhos longe não. Então fazia-se uma reunião, inclusive eu e os outros policiais fazia parte das reuniões para ver quais as demandas e nós dávamos várias dicas de segurança como: o veículo entrar na garagem de marcha ré, quando ver uma pessoa suspeita já ligar no 190, quando for sair avisar seu vizinho e deixar o telefone para emergências, entendeu? [...] a gente tava até combinando sinais como apitos, senhas para a pessoa ligar para o vizinho quando ver alguma atitude suspeita e dizer que está tudo bem, mas quando usar a senha que só o pessoal do Vizinhança Solidária sabe, pode avisar a polícia que é um crime que está acontecendo naquela residência. Então a gente dava essas dicas aí e fazia várias reuniões. (Entrevistado 1) (*sic*) [obs: grifo do autor]

É claro, portanto, que nesse projeto, a população é vista como agente que também é responsável e possui o dever de cuidar da segurança, não só de si, mas de todos que estão por perto. Autoproteção e cuidado com aqueles que moram perto de você passam a ser responsabilidades de cada um. Isso é o que se deduz. Porém, o serviço de segurança pública, que deveria ser tido como dever exclusivo do Estado, está se alojando na participação e na vigilância ativa da sociedade civil, convencendo-a de que é responsável assim como a Polícia Militar.

Em sua forma, os moradores do bairro devem se organizar por “células”¹⁴, formando grupos de moradores próximos para coordenar a proteção, vigilância e demandas daquele grupo. Portanto, um mesmo bairro possui várias células. A Entrevistada 2 desta pesquisa foi uma das líderes na construção do programa no bairro Vigilato Pereira por parte dos moradores, em Uberlândia, e nos explica como funciona uma célula e relata um pouco de sua atuação como coordenadora de uma:

Normalmente uma célula é um quarteirão. Por que? A gente não pode aumentar muito essas células porque a ideia é um vizinho estar ajudando o outro, olhando a casa do outro, é... estar por perto se acontecer alguma coisa com o outro. Então normalmente a gente divide as células em quarteirões. No caso de onde eu moro, eu moro em frente uma praça, então a nossa célula é de todas as pessoas que moram no entorno da praça. A gente cria grupos no WhatsApp para poder se comunicar. Então eu tenho o grupo da minha célula e o grupo, no caso, de coordenadores de células, que aí são os coordenadores que se comunicam. A função da coordenadora é organizar... no caso de algum assunto relevante, a gente precisa estar chamando as pessoas, ou pedindo uma opinião. Igual houve com a praça, que foi melhorada... a gente fez uma reunião, falou o que a gente queria e fizemos uma reunião

¹⁴ “Os policiais militares que atuam no setor incentivam a criação de grupos de moradores, denominado “célula”, para coordenarem as áreas na localidade e, quando necessário, acionar a PM no auxílio ou para orientação.” Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/9rpm/conteudo.action?conteudo=867&tipoConteudo=itemMenu>. Acesso em 05 de agosto de 2020.

para alinhar as ideias. Se tiver algum problema o pessoal também me avisa, a gente marca uma reunião e discute com todo mundo. Nada é feito individualmente... a gente trabalha em grupo. (*sic*) (Entrevistada 2)

Assim, a intenção do projeto, de resgatar e, até mesmo construir do zero, o contato entre moradores é promovida nesse sentido, em que os vizinhos se conheçam e se comuniquem em prol de resolver as questões de segurança que os envolvam. Conhecer o outro para poder “cuidar” – ou vigiar – dele. Conhecer o vizinho para confiar e se sentir seguro perto dele. De fato, isso pode acontecer, mas algo que o projeto também constrói e cabe aqui pensar se propositalmente ou não, é que a partir do incentivo para conhecer as pessoas de seu bairro, as pessoas que não são do seu bairro serão, portanto, desconhecidas. Logo, se passo a conhecer para me sentir seguro, perto dos desconhecidos como devo me sentir? Inseguro?

No começo deste tópico, a fala do Entrevistado 1 conta que o objetivo da Polícia Militar nesse projeto – e notei que fora dele também – é proteger o “cidadão ordeiro” e estreitar os laços com o “cidadão de bem”. Mas afinal, quem são essas pessoas? Se são pessoas que buscam o policiamento de manutenção da ordem, são ordeiras, mas, com qual critério se denomina que as pessoas bairristas que aderem ao projeto são de bem?

Quando uma pessoa “suspeita” de cometer um crime anda pelas ruas de seu bairro, é um dos momentos que a população deve entrar em contato com a polícia. Uma das principais perguntas que me motivou nessa monografia é entender o que uma pessoa precisa ser ou fazer para ser considerada como “suspeita” ao andar pelas ruas do bairro. Certamente, o suspeito não deve ser encarado como ordeiro e nem “de bem”. Isso mostra que esse tipo de policiamento e de estreitamento não está disponível para todos, mas só para “selecionados”. Afinal, policiais militares disponibilizam seus contatos pessoais para que a população “de bem” seja atendida. Será que essa relação aconteceria em qualquer bairro?

Nesse sentido, podemos perceber que aponto a possibilidade de que esse projeto não seja para todos que habitam a cidade e que seja seletivo, uma vez que não é justo que uma parcela da população seja atendida pela PM através do WhatsApp pessoal e outra só seja atendida apenas pela chamada ao 190. Isso torna o serviço público diferenciado para alguns cidadãos e, por outro lado, aumenta a vigilância e a punição daqueles que são vistos como criminosos em potencial. Os considerados “cidadãos de bem”, por sua vez,

são os mesmos que fazem o papel da polícia ao vigiar e denunciar, não necessariamente a ação criminosa de um desconhecido, mas também a simples presença dele em um espaço público próximo de sua residência. O controle em cima do perigo que uma pessoa pode provocar, e não sobre sua culpa em relação a uma situação que já provocou será analisado a seguir.

2.2. Gestão atuarial e a construção dos perigosos

Nós não eliminamos os crimes em 100%. Isso é utopia. Mas diminuimos bastante o índice de criminalidade, porque essas ações aí ajuda bastante, sabe? Você pensar em “vou zerar o crime”, “vou eliminar o crime”, isso não existe, infelizmente. Nem em países desenvolvidos o crime é 0%. (*sic*) (Entrevistado 1)

A fala da Polícia da Militar, exemplificada no relato do policial acima procura nos mostrar que extinguir a criminalidade do mundo faz parte de um pensamento utópico e que o que é possível e está ao alcance da instituição seja uma “redução dos danos” provocados pelo sistema em que vivemos. A diminuição do índice de criminalidade¹⁵ só foi possível, segundo o entrevistado, devido à adesão das ações que compõem as estratégias de vigilância e autoproteção do programa Vizinhança Solidária. Segundo ele, e também segundo uma influente orientação que repercute nas falas do senso comum, a criminalidade é inevitável, pois é impossível que não existam criminosos em nosso tecido social, devido à propensão psicológica e social de alguns indivíduos desviantes a cometerem delitos.

Essa suposição é um dos pilares que fundamentam a atual lógica criminal, chamada de atuarial, pois, se sempre haverá a ocorrência de crimes, o que se pode fazer é tentar neutralizar aqueles que podem vir a cometê-los e evitar, dentro do possível, sua existência. Segundo Pastana (2019), por gestão atuarial se entende a estratégia de controlar os sujeitos desviantes e indesejáveis pela sociedade capitalista, não necessariamente com a intenção de puni-los, pois eles não são necessariamente culpáveis. Nesse sentido, aqueles que cometem crimes são punidos por aquilo que cometeram, entretanto, também são punidos aqueles que oferecem riscos e perigos de crimes que poderão surgir.

¹⁵ Está se referindo ao índice de criminalidade no bairro Vigilato Pereira, em Uberlândia-MG, após a instalação do programa de Vizinhança Solidária no local.

A política criminal atuarial surge como desdobramento da política neoliberal e de sua estratégia de gerenciamento das populações sob uma lógica de mercado, avaliando suas “utilidades” para a manutenção e satisfação do mesmo. Se o Estado de Bem-Estar Social produziu a prisão como uma instituição de punição e reeducação do sujeito para a sua posterior reintegração social, o Estado neoliberal promove-a como uma instituição a obedecer a lógica atuarial de gerenciar e neutralizar os “inúteis”. Segundo o criminólogo brasileiro Maurício Stegemann Dieter,

A prisão desistia oficialmente de fabricar sujeitos dóceis e úteis, dedicando-se àquilo que faz melhor: conter e destruir os muito indóceis e inúteis, subtraindo-os da vida livre em sociedade pelo maior tempo possível. Em outras palavras, “desfuncionalizada” além da incapacitação, a pena voltou a ser vista apenas como instrumento legal “em defesa da sociedade” contra a perigosidade de certos delinquentes. Não se tratava mais de tentar modificar o indivíduo ou seu contexto social, mas de enviá-lo para um lugar onde sua ociosidade forçada não fosse considerada uma ameaça para os demais (Dieter, 2012, p. 86)

Trata-se da incapacitação seletiva daqueles que são vistos como inúteis para o mercado e para as relações sociais e econômicas que em torno dele giram, ou seja, a orientação no sistema criminal é de tornar incapaz o classificado como perigoso, neutralizando suas forças e o mantendo na prisão o maior tempo possível. Como aponta Dieter, foi no Estados Unidos da América, durante a década de 1970, que a chamada “prevenção especial positiva”¹⁶ perdeu forças., desmontando que a disciplinarização não estava mais funcionando com o objetivo de reintegração. Essa conclusão foi feita a partir dos dados estatísticos da época que mostravam o alto índice de reincidência criminal daqueles que já haviam passado pela prisão.

Em meio a esse cenário, a atuação penal não procurava mais em vigiar e punir para reintegrar, mas sim utilizar da pena criminal para manter o condenado o maior tempo possível na prisão, sendo este privado de sua liberdade e de viver em sociedade. Essa é a chamada “prevenção especial negativa”. A estratégia de prender, por sua vez, todos aqueles que cometem crimes e são classificados como perigosos, mantendo-os prisioneiros pelo maior período de tempo em suas vidas não seria possível em condições humanas devido à capacidade de lotação das prisões. Isso geraria um encarceramento em massa.

¹⁶ Esse tipo de prevenção se refere à prevenção que pune e reabilita o desviante para a vida em sociedade.

Por um lado, a prisão perde sua principal função moderna de reabilitação, e, por outro, não suporta a demanda de prisioneiros. Para resolver, a política criminal atuarial propõe um gerencialismo penal sobre os condenados, sua probabilidade de cometer delitos e sobre seus corpos. Dessa maneira, a tática passa a ser a de prender e neutralizar os mais perigosos, responsáveis pela maioria dos crimes cometidos em um determinado local, pois assim mantém-se na prisão, de acordo com o que sua capacidade de lotação suporta, os principais criminosos. Não se trata de deixar de prender quem comete qualquer crime, mas sim de dar preferência a condenar aqueles que estão envolvidos em mais delitos e que, assim, podem oferecer maior risco¹⁷.

O Estado classifica dois tipos de sujeitos criminosos: os habituais e os eventuais. A lógica é de neutralizar os primeiros, que são considerados de alto risco e controlar os segundos por meio de vigilâncias formais e informais. Dessa maneira, o sistema criminal, primeiramente, identifica um criminoso e ao categorizá-lo como de alto risco, o condenará de maneira a neutralizá-lo, eliminando assim sua participação na sociedade, e, com isso, o risco que poderia oferecer. Após este momento, o condenado é novamente classificado dentro da prisão, para definir como será tratado, devendo viver em blocos afastados do restante da massa encarcerada. Portanto, dentro da instituição, os prisioneiros que são colocados como mais perigosos, não deveriam entrar em contato com os menos perigosos.

Essa classificação é feita pelo instrumento atuarial denominado “prognósticos de risco”, que também é responsável pelo cálculo da probabilidade de reincidência criminal após o período de encarceramento. Em outras palavras, os instrumentos atuariais são elaborados de maneira a gerenciar e a prolongar a neutralização dos sujeitos “indesejáveis”, perigosos e que oferecem risco.

No Brasil, a lógica atuarial também exerce ação na vigilância sobre aqueles que não são os considerados como mais perigosos e que através dos cálculos são responsáveis

¹⁷ Para efetivar essa estratégia de controle atuarial, foram necessários cálculos e estudos para comprovar que isso deveria ser ao menos testado. Dieter apresenta que o primeiro estudo realizado para este fim observou o início da delinquência juvenil nos Estados Unidos da América, e concluiu que uma parcela dos jovens era responsável por mais da metade dos crimes em uma determinada cidade. A partir disso esses estudos se desenvolveram para a adolescência e vida adulta, avaliando a história de vida criminal dos sujeitos, bem como os índices de reincidência criminal destes. Em geral, esses estudos sustentaram a teoria de que existem os criminosos mais perigosos que os outros, e que para prendê-los, o sistema criminal deveria elaborar filtros e categorizações para efetivar suas penas.

pela maior parcela de criminalidade. Entretanto, esses que devem ser vigiados, são facilmente rotulados como oferecedores de perigo. A gestão atuarial e sua maneira de identificar criminosos é responsável pela formulação de políticas públicas de segurança, como é o caso do programa de Vizinhança Solidária aqui analisado.

Por não prender qualquer sujeito, a Polícia Militar, enquanto agente de repressão segundo Dieter, não possui mais a mesma liberdade de antes para condenar, e agora devem se tornar “gestores da criminalidade”, aderindo à tática de gerencialismo atuarial, para assim filtrar e criminalizar racionalmente conforme a efetividade da neutralização do criminoso. Dessa maneira, não se pode prender qualquer pessoa perigosa; mas qualquer pessoa suspeita de oferecer perigo está passível ao processo de vigilância. Como discutido no tópico anterior, o programa de Vizinhança Solidária promove uma caça às pessoas “desconhecidas”, que “oferecem risco” e que “não deveriam estar ocupando espaços públicos” por causar medo em outros habitantes da cidade.

Majoritariamente, a vigilância é feita pela própria população. Cabe ressaltar que foi também a pressão popular para repressões severas, juntamente com a lógica neoliberal e de protagonismo do mercado, responsável por legitimar a instalação da política criminal atuarial, que demandou flexibilização das leis e do sistema criminal para radicalizar a “prevenção especial negativa”. Assim, a sociedade civil se encontra em posição de responsabilidade pela segurança pública, como já visto. A vigilância sobre os perigosos é feita pelos moradores da cidade que aderem ao programa por dois motivos: primeiro, como a Polícia Militar não pode prender qualquer pessoa, ela transfere parte da vigília para a população, que em determinado momento aciona o órgão para verificar o risco que a pessoa suspeita oferece; em segundo, porque o Estado não consegue promover tamanha vigilância sem auxílio.

O estudo da ciência política ocidental, influenciado por Weber (1982), entende e reconhece que o Estado seja o detentor do monopólio da violência física e do controle por todo seu território. Portanto, ele seria a única entidade legitimadas e responsável pelo uso da violência para manutenção da ordem e da segurança. Entretanto, principalmente no século XXI, com a redefinição do papel do Estado na gestão pública e com seu alinhamento ao mercado e à sociedade devido à guinada do projeto neoliberal, podemos observar como característica principal da política pública aqui estudada que esse ideal não se realiza mais de mesma maneira, pois o Estado perde forças de monopólio e

transfere parte da responsabilidade de garantir o acesso à segurança para a população civil. Torna-se um “dever” a auto-vigilância, o auto-controle e o consumo de segurança privada para monitorar o território que não é mais cuidado apenas pelo poder público, por meio de um programa que legitima o modelo de vigilância panóptica (Foucault, 2010). A hierarquização entre diferentes populações da cidade, dividindo-a entre “normais” e “anormais” marca a exclusão de uns em função da soberania de outros. Os mecanismos de poder utilizados atualmente marcam que a sociedade disciplinar não direciona seu foco para a correção dos desvios, mas da neutralização de quem os carrega.

Ao contrário de adotar outras estratégias de enfrentamento ao crime, visando sua diminuição, como, entre outras possíveis, intervir educacionalmente desde a infância nas populações urbanas, reduzir a desigualdade social, reduzir a segregação e a estigmatização; o Estado prefere se aproximar por meio de propostas que mais interessam ao mercado e ao capital, buscando também a alternativa “mais barata”. Sendo o medo e o perigo vendido pelo sistema neoliberal, a vigilância e o controle passa a ser mercadoria promovida pelo Estado, pela sociedade e pela indústria de segurança privada. A mesma lógica que, portanto, apresenta para a população o perigo constante – gerando inseguranças coletivas – e escolhe quem deve ser neutralizado ou não, é a mesma que vende soluções que acabam favorecendo o seu próprio funcionamento. As características desse controle social promovido pela sociedade civil e pelas empresas de segurança privada serão debatidas no próximo tópico.

2.3. O controle da vizinhança e a segurança privada

Tendo em vista o conhecimento sobre a atual estratégia de se prender e neutralizar os “poucos que valem por muitos”, como apontado por Dieter, sabemos que esses são vigiados e julgados segundo seu potencial de perigosidade. Dessa maneira, atentam-se para o alerta em relação a ação de qualquer suspeito de cometer um crime, levando em consideração que ele ocupa a posição, a todo momento, de um criminoso em potencial pronto para gerar riscos a quem vier a se tornar uma vítima. A instituição prisional que não mais se coloca como *locus* de reabilitação, opta por neutralizar os condenados considerados de “alto risco” pelo maior tempo possível dentro da prisão. Essa concepção

não gera uma mudança apenas na política criminal, mas também surte efeitos na vida urbana em rede.

Se existe uma transformação na maneira de controlar o crime, partindo do próprio Estado, é inevitável que essa entidade execute uma agência sobre novas transformações nas formulações de políticas públicas de segurança e nas estratégias de vigilância, bem como os sentimentos da população civil sobre o assunto. Segundo Garland (2008), o campo do controle do crime é dividido em dois eixos que agem conjuntamente em prol desse trabalho, sendo, em primeiro, os controles formais, exercidos pelas instituições e órgãos estatais, uma vez, como nos aponta Weber, que o Estado detém o monopólio da violência e é responsável pela ordem e segurança de todos. Em segundo, e nada menos relevante, os controles informais, que são exercidos pelas atividades cotidianas da sociedade civil. É importante ressaltar que de maneira alguma esses dois eixos de controle agem isoladamente um do outro.

No campo formal de controle, o Estado define as estratégias de controle do crime, formulando políticas públicas de segurança, neutralizando e julgando os condenados de atender a ordem e a segurança pública e também interage e orienta a sociedade civil para não cometer e ser vítima de um crime. A atenção deste trabalho se volta, não só para o controle formal advindo de uma política pública de segurança formulada pelo Estado, definida como atuante em prevenção ao crime, mas para o fato de como essa política também incentiva e dá espaço para a execução dos controles informais, que possuem a ação ativa da população urbana em prol da defesa de sua própria segurança.

O programa de Vizinhança Solidária promove um controle do crime, como definido pelos próprios atores entrevistados, que une a ação policial e estatal com a ação popular. Portanto, o controle é resultado de uma parceria entre a PM e a população; a população ajuda o trabalho da PM e a PM tenta contribuir na segurança da população. O programa é instaurado em bairros e, dentro desses, ocorre uma divisão interna em várias “células”, que são coletivos de cada rua do bairro, para aproximar e facilitar a comunicação de vigilância entre os moradores. Apesar de já ter discutido essas questões acima, não recuso ressaltá-las novamente, pois a maneira com que as entidades se organizam em torno desse programa, é de suma importância para o entendimento do que são as práticas de controles informais que, nesse caso, detém o título de protagonismo,

estando relacionadas com a criminalização, neutralização e vigilância sobre as populações mais pobres.

A organização do programa trata como importante a aproximação entre vizinhos pois assim a vigilância é feita com maior qualidade e precisão. Fato importante é entender o porquê de a vigilância ser feita de tal maneira. Se a estratégia de controle, debatida anteriormente, é a de neutralizar os “perigosos” e não todos os considerados suspeitos, esses que não são neutralizados, com certeza não serão vistos com bons olhos pela sociedade. Então, passarão a ter sua vida pública vigiada. Cada um deles que ocupa os espaços públicos recebem olhares de vigilância desconfiados daqueles que já os veem como potenciais perigosos. A Polícia Militar, não sendo permitida prender qualquer indivíduo que ocupa a rua – e também não sendo capaz de rondar a cidade o tempo todo – não consegue efetivar essa vigilância de maneira isolada da sociedade civil. É nesse sentido que surge o papel ativo da população em vigiar os espaços públicos, numa tentativa de impedir que pessoas “indesejáveis” circulem nesse perímetro.

Estamos falando aqui da atuação informal da população no controle do crime, e assim, considero importante ouvir dela como sentem e o que compreendem de sua agência nesse setor. A própria cartilha do programa, salienta que a segurança pública não é dever apenas do Estado, mas também responsabilidade de todos que participam da vida em coletivo. Essa discussão encontra importância no sentido de pensar a que nível se encontra o direito social de acesso à segurança, como previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Atualmente, novas práticas de controles informais estão ganhando espaço devido a fatores como a consideração institucional e popular de crescimento do contingente de criminosos considerados de “alto risco”, o que requer maior raio de vigilância, bem como desconfiança da população com a própria ação policial. Além desses fatores, conta também o desejo de viver em uma comunidade onde possa confiar em todos os semelhantes que compartilham do mesmo espaço, contribuindo, assim, para o contínuo processo de segregação.

Ao serem perguntadas sobre se consideravam a sociedade civil como responsável pela segurança pública, as pessoas entrevistadas, em sua maioria, aprovaram e acreditavam que sua participação era necessária para o melhor desenvolvimento da questão:

Com certeza, com certeza! A gente tem que contribuir... ficar vigilantes. Então acho que a sociedade de maneira geral é imprescindível, né? A ação... contribuir para a melhoria da segurança. *(sic)* (Entrevistado 3)

Eu acho que com cada um fazendo sua parte, diminui para o todo, porque senão fica tarefa só nas costas de um. Vou fazer uma analogia: se numa casa, todo mundo lava sua louça, limpa sua cama, tirou uma coisa e bota no lugar, o serviço da dona da casa vai ser bem menor. Eu acho que no micro é a dona de casa, e a segurança no macro, entende? Se cada um faz sua parte, se cada um de precaver, se cada um se resguardar, diminui os problemas para o poder público, que seria a segurança pública, né? Eu penso mais ou menos por aí. Se cada um ocupar sua parte, já ajuda bastante. *(sic)* (Entrevistada 4)

Sim, eu entendo que a segurança é um dever do cidadão. Até no projeto a gente tem isso bem realizado, porque você tem que tomar seus cuidados, e tem que cuidar do próximo. Eu entendo assim. Você tendo interação com seu vizinho e com seu bairro em geral, eu acho que cada um... não é que cada um cuida de si, isso não existe. E cada um cuida de todos. *(sic)* (Entrevistada 2)

O programa Vizinhança Solidária, que já trabalha com a premissa de que a população deve fazer parte do controle do crime, transfere boa parte de sua responsabilidade para a sociedade civil, ao selarem o acordo de que a última será o principal olho que vigiará o espaço que todos desejam zelar. É importante reconhecer que essa vizinhança que atua para garantir a segurança, entende que essa estratégia funciona e que cada cidadão deve contribuir para a segurança de si e do próximo. Portanto, temos um cenário compatível: um órgão estatal que não mais consegue se responsabilizar integralmente pela segurança pública e uma sociedade que acredita que deve fazer parte dessa vigilância.

A atual estrutura estatal coloca a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania e, nesse sentido, exige maior participação da sociedade civil para realizar tal serviço. E, de fato, existe maior participação da mesma na segurança pública, mas pelo fato de que a mesma se torna responsável por realizar o trabalho que o Estado promovia, e não necessariamente ter suas demandas atendidas ainda no processo de formulação da política pública. Portanto, o programa de Vizinhança Solidária faz parte do projeto que segue a redefinição do papel do Estado enquanto organização política responsável pela gestão pública e cede ao fato de que outras organizações da sociedade e do mercado participem do processo para que a segurança seja efetivada para algumas classes.

Já que estamos falando sobre o acesso ao direito de segurança e da união entre população e Polícia Militar, duas agências que caminham de “mãos dadas” nesse programa, recolhi relatos sobre o ponto de vista de algumas pessoas sobre o serviço de segurança prestado pelo Estado, sobre sua confiança frente a esse serviço e em quais pontos entendem que devem ser pontos de atenção para se desenvolver propostas de melhorias:

Eu confio... eu só acho que falta investimento, sabe? Mas o que eles podem fazer, eles fazem, assim, eu acho que fazem até demais com o pouco que eles têm. Mas eu confio nas táticas que eles usam, na forma como eles lidam. Então eu confio, eu só acho que falta um pouco mais de investimento, um pouco de... como é que a gente fala? De formação, porque tem alguns policiais que não tem muita formação, entendeu? *(sic)* (Entrevistada 2)

Ah... confio! Com certeza! Eu acredito que agora já aprimorou muito em função da tecnologia, das redes sociais, dos sistemas que nós temos acesso. Facilitou muito as ações da polícia e da sociedade em geral. Hoje você comunica em questão de segundos em qualquer área, de educação, segurança, social, de empresas, trabalho... então melhorou muito. *(sic)* (Entrevistado 3)

Vou te falar do que vivencio aqui: eu acho boa, não tenho nada o que queixar não... pra você ter uma ideia, o rapaz que fazia a nossa guarda aqui quando começou o projeto, o [referência ao Entrevistado 1], ele encontrou meu menino na rua, que tava vindo a pé da escola, e de repente para o carro da polícia aqui em casa com ele “achei esse menino perdido e vim trazer ele em casa” (risos). É, eu não tenho o que queixar, acho que eles fazem o papel deles, porque tem gente que diz que fica a desejar, mas eu não acho que fique a desejar, pois as vezes o contingente de pessoas é, às vezes, pequeno para a demanda. Isso pode acontecer, mas dizer que o policial ou o pessoal que trabalha nessa área deixa a desejar, eu não posso dizer. Sempre que precisei, me ajudaram, sempre atenderam. *(sic)* [obs. do autor] (Entrevistada 4)

Assim, a Polícia Militar ultimamente melhorou bastante. Esse projeto veio para justamente, talvez a polícia entender um pouco mais a necessidade da comunidade... além de entender, fez com que eles se aproximassem e entendessem a demanda de cada morador. Quando tem, por exemplo, briga de vizinho, por conhecerem os moradores eles sabem tratar disso mais fácil. Por conhecer melhor a demanda eles agem de forma mais rápida e adequada. Então ao longo dos anos a polícia militar melhorou bastante a forma de atuação dela. Sobre a segurança pública em geral, depois que sai da polícia militar, se cria inquérito e vai para Polícia civil... a Polícia Civil também melhorou com essas ações de tirar as pessoas que eram corruptas, mas ainda em questão jurídica e judicial, ainda é morosa em questão de concluir inquéritos, denunciar as pessoas, mas assim, melhorou bem, mas acho que poderia melhorar mais. Sobre a Polícia Federal eu acho que fazem um trabalho muito bom, eu conheço porque sou advogado, conheço bem e é uma atuação boa, tem pessoal mais capacitado, mais técnico e isso ajuda

bastante. De uns anos para cá melhorou muito, é até mesmo assim, hoje em dia a gente fala “ah, tá muito perigoso”, mas antigamente você não tinha a facilidade da notícia... as vezes acontecia a demanda e essa demanda não era repassada, mas hoje tem informação à todo momento de algo que aconteceu, então você tem a sensação de que está acontecendo mais crime, mas ao mesmo tempo a polícia tem se modernizado, a segurança pública sabe tratar melhor. Então tem melhorado, lógico que sempre pode melhorar, principalmente a Polícia Civil que poderia melhorar na capacitação, ter uma melhor equipe, mas tem caminhado, tem caminhado bem. (*sic*) (Entrevistado 5)

Fazer o que está ao seu alcance aparece repetidamente nesses relatos. Parece haver um entendimento comum de que há uma grande demanda em todo o país para que os órgãos de segurança resolvam, mas, seja por falta de investimento ou de capacitação, não tem como tomar conta de todos os problemas destinados a esse serviço. Apesar disso, por parte dessas pessoas, em geral, continua existindo confiança em relação aos trabalhos, estratégias e orientações da Polícia Militar. Isso pode estar relacionado ao fato existir pessoalidade no relacionamento entre a PM e essas pessoas, seja levando um familiar para casa, seja respondendo pelo celular pessoal cada participante do programa ou até mesmo conhecendo os moradores do bairro e ajudando a resolver problemas familiares.

Essas percepções nos mostram um pouco da relação que há entre as expectativas dos moradores desse bairro sobre a atuação do Estado frente o serviço de segurança e a aceitação de participar da vigilância e controle do crime. Percebe-se uma certa resignação com o não atendimento satisfatório à grande demanda, há também um reforço à ideia de que cabe à população civil também contribuir e participar da segurança, cuidando dos vizinhos e tendo cuidado em relação ao desconhecido que anda em sua rua. Essas questões são importantes para pensar sobre o fato da diminuição do reconhecimento de que o acesso à segurança é um direito de todos, indistintamente, e que deve ser atendido completamente pelo Estado. É claro que, ao buscar pelo programa, os moradores do bairro estão se organizando e se unindo para combater o crime e a insegurança e para isso se apoiam na segurança pública, entretanto, não veem como possível de ser feita apenas por essa via, necessitando tanto da participação e da vigilância da própria população, como de objetos que são produtos de segurança privada.

A participação desses produtos parece ser fundamental para a realização da segurança. Em um dos relatos, considera-se até mesmo que o serviço prestado pela segurança pública melhorou devido à participação da tecnologia. Além dos celulares que tornam possível uma comunicação aproximada entre as pessoas envolvidas, o avanço da

tecnologia proporcionou que novos objetos contribuíssem para a vigilância. É fácil perceber, ao andar pelas ruas do bairro, a presença de cercas elétricas, portões eletrônicos, alarmes, sensores de luz e câmeras, e não apenas para propriedades privadas, mas também para os espaços públicos, que são permitidas por lei (Mota, 2019).

Para entender melhor sobre a adesão e consumo desses produtos, foi perguntado para as pessoas entrevistadas, se consumiam e o que pensavam sobre o fato de sentirem uma necessidade de instalar os aparelhos de segurança privada em suas casas e assim responderam:

Sim, eu acho que é um complemento. Se você tem condição de colocar segurança privada na sua casa, é ótimo e maravilhoso, mas nem todo mundo tem, então ela vai ter só condição de contar com a segurança pública e se você pode ajudar com suas câmeras, tudo bem, mas não é todo mundo que tem condição disso. Então eu acho que o público só deixa a desejar na questão da falta de investimento. Mas eu acho que é bom, não é ruim não. (*sic*) (Entrevistada 2)

Ah, com certeza... isso que eu te falei de cerca elétrica e câmera, é tudo equipamento de empresa privada, que são instaladas e fazem monitoramento aqui. Então essas empresas privadas saíram na frente com esses sistemas online de vigilância e aí ficou ótimo. A segurança privada em condomínios fechados e empresariais é inevitável, tem que ter. Porque só a segurança pública não consegue fazer. (*sic*) (Entrevistado 3)

Agrega mais, no mínimo, como eu falo... é se sentir mais seguro. Em casa nós temos alarme e câmeras de segurança. Foi a necessidade de, além do trabalho da polícia, de se sentir mais seguro. Claro que isso não inibe, é pelo contrário, tá? A polícia fala que não inibe muito não, pois o cara que quer cometer um crime consegue passar por isso. Mas intuitivamente você tem a sensação de que está mais seguro, entendeu? (*sic*) (Entrevistado 5)

Adiciono a essa parte de relatos, o fato de a associação de moradores e comerciantes do bairro – esta que apresentarei detalhadamente mais à frente – ser responsável pelo projeto de instalação das câmeras de vigilância que hoje estão presentes em grande parte das esquinas do bairro para reforçar a vigilância dos espaços públicos. Essa ideia, que me conta um dos entrevistados, surgiu da nova necessidade de se procurar mais segurança – percebe-se então que a presença da Polícia Militar, a vigilância e participação dos moradores, somado com os produtos de empresa privada em suas casas e estabelecimentos particulares ainda parece insuficiente. Tive a curiosidade de saber

como a PM lida com o esse processo de procura por serviços de vigilância via produtos de segurança privada e se ela é legítima e dá apoio a tal ação.

Ela apoia. Ela não entra na ação em si, eu acho que por definições superiores, eles não falam “olha, procura a associação para instalação de câmeras”, não. Quando em reunião, o máximo que se perguntam é que esse é um projeto da associação, que podem procurar a associação, mas eles serem divulgador ou implementarem o projeto [de câmeras], eu acho que por definição do Estado, eles não entram no mérito. (*sic*) (Entrevistado 5)

É possível perceber, a partir desses relatos, primeiro, que os produtos consumidos de empresas de segurança privada contribuem para o fortalecimento da sensação de segurança, em segundo, que eles não são acessíveis para todos os habitantes da cidade, uma vez que muitos bairros não possuem condições financeiras para contratá-los e também muitos não têm acesso à esse modelo de segurança pública em que a sociedade é parceira da PM. Em terceiro lugar, é possível perceber que, em certa medida, o Estado legitima esse consumo.

Vale ressaltar que em todos os pontos a palavra utilizada foi “consumo”, isso nos leva a refletir sobre um processo de encolhimento do Estado na defesa e execução da segurança pública, e isso implica tanto no fato do polícia clamar pela participação dos cidadãos, bem como na transferência de parte do serviço do setor público para o setor privado. Portanto, no programa de Vizinhança Solidária, muitos dos moradores participantes optam por se prevenir individualmente por meio do mercado de segurança. Apesar de buscarem a cooperação policial, não abandonam a oferta do setor privado.

Não é nenhuma novidade que o mercado da segurança privada esteja vendendo em grande escala seus produtos, devido a todos os fatores já citados. E nem que o direito social à segurança pública, que deve ser oferecido da mesma maneira a todas as populações que habitam a cidade está passando por um processo de seletividade que o descaracteriza como público. Por outro lado, para ter acesso a segurança, há também a necessidade de consumi-la enquanto mercadoria. Não podemos esquecer que, ao transferir a responsabilidade para que os habitantes da cidade contratem os serviços de segurança, o Estado pode negligenciar, como conta uma das moradoras do bairro, o fato de que nem todos poderão usufruir do mesmo serviço e esses dependerão apenas do serviço público que, atualmente, parece depender muito da contribuição privada para funcionar.

Capítulo 3

**“Os vizinhos cuidando dos outros
vizinhos”:**

**A composição e as práticas do grupo
em busca de segurança**

Então, é bem isso, como te falei, quando a gente veio pra cá, aqui era só um terreno vago, né? Sempre tinha mato alto, que dava pra esconder gente ali... então essas coisas que deixava a gente meio ressabiado, né? Eu... como te falei, nem tanto, acho que sou meio fora da caixinha. Mas os vizinhos sempre preocupavam e como pensaram em fazer esse projeto, eu achei bacana, sabe? O fato de você ter essa proximidade com a Polícia eu achei bem legal e o projeto em si também era bem legal: os vizinhos cuidando dos outros vizinhos. Isso é uma coisa muito bacana, sabe? Porque quando você conhece seu vizinho, você sabe que aquela pessoa não é da região, e se a pessoa não é da região, o que ela tá fazendo aqui? Aqui é um bairro especificamente residencial, então a pessoa tá fazendo o que por aqui? Então eu fui ficando mais esperta com essas coisas e achei o projeto legal. Além disso tem toda uma interação... a gente fazia... ainda fazemos no final do ano uma confraternização aqui na praça mesmo. Então eu acho legal. Acho importante essas coisas. (*sic*) (Entrevistada 4)

A falta de conhecimento de quem são as pessoas que moram por perto reflete diversas sensações: insegurança, falta de confiança, a sensação da falta de coletividade e companheirismo e o agravamento do individualismo. A falta de conhecimento em relação a uma pessoa que anda na rua e “age de maneira suspeita” também reflete diferentes sentimentos, mas esses envolvem a sensação de risco, perigo, medo, insegurança, vitimização e vulnerabilidade. O desconhecido que mora ao lado deve ser conhecido. O desconhecido que é reconhecido como uma pessoa “mal-encarada” deve ser afastado.

Em um ambiente habitados por muitos, busca-se uma unidade que defenda os mesmos interesses e entendimentos comuns, e, assim, o fortalecimento de um grupo frente o risco que outros grupos ou entidades venham a oferecer. No bairro Vigilato Pereira, os moradores, em busca de segurança e pelo desejo de aproximação em relação a seus vizinhos, buscam pela adesão ao programa Vizinhança Solidária, em que uma somatória de elementos conduz à aproximação com a Polícia Militar e melhoria da segurança no local. Esses elementos que fazem parte da composição do bairro estão em constante agenciamento para sua manutenção e reprodução de sua existência. Ou seja, atuam de maneira a afirmar sua existência e identidade, contribuindo também para demarcações de fronteiras.

Neste capítulo analisaremos a composição e as práticas do grupo de moradores em busca de segurança. Para isto, divido o capítulo em três tópicos: primeiro, a vigilância no bairro Vigilato Pereira; em segundo, a integração pelo WhatsApp e a “multiplicação de olhos”; e por último, a construção de uma comunidade e a ação política do grupo. No primeiro, será possível conhecer o contexto que o bairro se insere, como é seu movimento,

a relação com os espaços públicos e o entendimento dos moradores em relação a quem sejam as pessoas “suspeitas” que trafegam e ameaçam seu bairro. No segundo, apresento uma das principais estratégias de segurança adotada pelos moradores que aderem ao programa, sendo a comunicação pelo aplicativo e rede social WhatsApp, bem como a agência desse objeto na maneira de se fazer segurança e nos sentimentos das pessoas envolvidas. No terceiro e último, as sensações que movem essas pessoas a procurarem por segurança e construção de uma comunidade no lugar em que habitam e dividem com outras pessoas.

3.1. A vigilância no bairro Vigilato Pereira

Localizado na zona Sul da cidade de Uberlândia, o bairro Vigilato Pereira nasce no ano de 1966 e hoje se faz entre o córrego Lagoinha, a Avenida Rondon Pacheco a oeste e entre os bairros Lagoinha a leste, Saraiva a norte e Altamira, City Uberlândia e Jardim Inconfidência a sul. Segundo dados¹⁸ da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano com base no censo realizado no ano de 2010, o bairro possuía uma população de 5000 moradores, área de 1.32km² e 1791 domicílios. O bairro comporta habitações residenciais, além de propriedades comerciais, uma sub-estação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), mercados, praça, clube, entre diversos estabelecimentos. Dessa maneira, possui importante papel no crescimento urbano e econômico do setor Sul do município do Triângulo Mineiro.

Ao caminhar, atualmente, por suas ruas asfaltadas e outros espaços públicos é possível notar a mistura de grandes residências, que ostentam luxo e riqueza e de pequenas e médias residências que expressam menor poder aquisitivo. Apesar disso, é comum notar a presença majoritária de muros e portões fechados, câmeras e cercas elétricas em muitas casas. Câmeras que, como relatado, são colocadas em pedestais a cada esquina, fruto de uma união entre os moradores do bairro, que com seus fundos financeiros arrecadados pela contribuição de cada um, conseguiram aumentar seus sistemas de segurança.

¹⁸ Para maiores informações, consultar em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/populacao-uberlandia/>>.

Algumas ruas e avenidas, que são de acesso a outras regiões da cidade, possuem um grande tráfego de automóveis, mas no interior do bairro, o movimento, tanto de máquinas como de pessoas não é dos maiores. Há de se ressaltar que nas ruas em que existe a presença de estabelecimentos comerciais o fluxo de pessoas é maior, entretanto, na área majoritariamente de moradia, ele é, de fato, menor. Também é muito comum encontrar terrenos baldios e inabitados entre casas, o que segundo os habitantes da região facilita a ocorrência de crimes devido à falta de manutenção dos “matos altos” e de pouca iluminação.

Essa questão está em constante debate pelo programa, pois a Polícia Militar orienta que os moradores devem sempre informar locais onde exista um poste de luz queimada ou que o mato esteja alto, pois são considerados pontos que facilitam a ocorrência de crimes. Muitos moradores reclamavam da praça localizada no centro do bairro, que antes de uma revitalização promovida pela prefeitura, era vista pelos moradores como ponto de consumo de drogas, e também de organização de pequenos crimes que viriam a ser cometidos nas redondezas. Era, portanto, um lugar de alojamento de pessoas indesejadas. Assim, a partir das reclamações, a praça, que antes possuía assentos, pouca iluminação e muitas árvores, tornou-se um lugar de grama baixa, poucas árvores, grande iluminação e mais nenhum assento, para que assim fosse possível executar um modelo de vigilância panóptica, pois o local, de formato circular, permite com maior facilidade que as casas ao seu redor aponte olhos, portões e câmeras de segurança para garantir a vigilância 24 horas por dia do local aberto. No ano de dois mil e vinte, após revitalização, a praça ganhou equipamentos de exercício físico, denominados de “academia ao ar livre” e assim atrai maior presença de pessoas do bairro que hoje caminham, se exercitam e aproveitam do lazer nesse espaço. Dessa maneira, notamos um incentivo ao uso coletivo do espaço público tanto como maneira melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas, bem como de ocupar um espaço considerado abandonado, e que, segundo as representações colhidas, era atrativo para as pessoas não são desejadas.

Ao ser perguntado sobre como é o movimento das ruas no referido bairro um dos entrevistados que nele habita nos relata sobre um pouco do que vive e sente:

Olha, quando eu mudei pra cá era muito tranquilo. Inclusive as casas aqui onde eu moro, onde nós moramos aqui, elas não tinham muro na

frente... então era bem tranquilo. Com o passar do tempo as pessoas começaram a fazer pequenos furtos e grandes, aí todos os proprietários aqui tiveram que fechar os muros na frente e começou o equipamento de segurança, né? Cercas, câmeras, foi evoluindo e com isso foi criando esse projeto da comunidade solidária... vigilância solidária. E com os equipamentos que a vizinhança foi colocando, como cerca elétrica e câmera, foi diminuindo, mas mesmo assim ainda tem muito risco. Mas assim, evoluiu muito. Diminuiu. (*sic*) (Entrevistado 3)

Incluir a questão da segurança ao falar sobre o movimento no bairro parece ser inevitável. Em diversos relatos e durante toda minha experiência de frequentar o bairro – que teve início em 2016, de maneira informal, quando ainda não desenvolvia esta pesquisa – escutei e presenciei algumas situações de crime, que aconteceram nesse período e também muito antes dele, como relata uma das entrevistadas:

Na época [em que os moradores do bairro aderiram ao programa] a gente tinha muito assalto e andarilho, por ser uma região muito próxima do Lagoinha e a gente sabe que lá existe um ponto de tráfico ou alguma coisa assim. O Vigilato é um caminho para se chegar ali. Então eles vinham e quando ficavam noiados ali, assaltavam as casas, as pessoas na rua... então assim, a gente tava com um problema muito sério. Na minha casa mesmo, nesses 30 anos, nós fomos assaltados 20 vezes. Só que eu fui modificando, né... coloquei muros altos e fui modificando pra trazer mais segurança para mim, né? [obs. do autor] (*sic*) (Entrevistada 2)

A percepção sobre os altos índices de violência e criminalidade que acontecem no bairro é bastante comum e, por essa maneira, os moradores e a Polícia Militar justificam as ações em busca de maior segurança para a vida desse coletivo. Muitas dessas pessoas já vivenciaram ou conhecem alguém do bairro que foi vítima de um crime. Dos quatro moradores entrevistados, todos contam que ou já foram vítimas de furtos e assaltos em suas residências ou na rua ou que pelo menos já sofreram uma tentativa, mas conseguiram barrar a ação. É possível também notar, na fala da Entrevistada 2, o entendimento de que a segurança no Vigilato é menor devido à proximidade do bairro Lagoinha. Em relato do Entrevistado 1, que aparece no primeiro capítulo dessa escrita, ele também reforça esse ponto de vista e se refere às pessoas que saem do Lagoinha e circulam pelo Vigilato para acessarem outros pontos da cidade como “malas” e apresenta o fato de que esses são grandes alvos da vigilância por terem sua presença reconhecida como indesejada. Aqui temos uma situação de demarcação espacial em que há um entendimento comum entre os moradores do bairro de que no bairro ao lado, marcadamente pobre mora, o perigo, e que esse perigo se desloca para perto deles.

Essa batalha social e espacial é demarcada por relações que expressam poder, uma vez que esses instrumentos de segurança e vigilância refletem uma tentativa de reforçar a dominação de um grupo sobre outro. É claro que um grupo de pessoas que sente medo deve se preocupar com sua segurança após ter experiências ou conhecer situações de criminalidade perto de si, independentemente de qual crime tenha acontecido, não há o que se discutir e questionar sobre os sentimentos pessoais de cada um em relação às experiências vividas. Mas ao ponto em que se estigmatiza um outro grupo de pessoas – moradores do bairro Lagoinha – que abriga parte de uma população mais vulnerável economicamente, tratam-se de questões que envolvem sérios casos de desigualdade, segregação, estigmatização e construção de estereótipos coletivos e generalizantes desses sujeitos que são cidadãos e que também devem ocupar o espaço público.

As pessoas que se sentem ameaçadas partem, portanto, a se fortalecer e a procurar uma vida perto de pessoas semelhantes e se afastar das diferentes. Fato é que quando o bairro pratica ações de vigilância, nem sempre se possui certeza de que uma situação apresenta perigo ou se uma pessoa desconhecida que anda pelas ruas ou senta em um banco de uma praça cometerá um crime. Dessa maneira, o discurso estigmatizador está sendo reproduzido tanto pelo Estado, como pela população, mantendo a segregação contra uma parcela específica e também a propagação de uma insegurança coletiva.

E assim nos atentamos à pergunta: como é feita a vigilância no programa Vizinhança Solidária no bairro Vigilato Pereira? Já sabemos nesta altura do texto que os moradores, ao notar uma presença “estranha” e “suspeita” nos espaços públicos do bairro, devem alertar todo o coletivo de vizinhos próximos, bem como à Polícia Militar. Assim, reforçamos a dúvida: o que uma pessoa precisa ser ou fazer para ser considerada suspeita e estranha nessa parte da cidade? Os atores que desta pesquisa participam respondem à pergunta de tal maneira:

Eu acho que é suspeita uma pessoa que começa a vigiar muito as casas... o que tá acontecendo, entendeu? Ou então uma pessoa que tá muito tempo parada num lugar só... porque ninguém tem que ficar parado num lugar só por muito tempo, então ele tá é filmando ali a rotina, as casas. Então sempre que acontece isso, a gente pede ajuda para algum policial passar ali perto, porque a gente não pode aguardar as pessoas... já aconteceu de realmente a pessoa estar ali esperando alguém, mas as vezes pode acontecer para o mal também. Então nesse caso a gente pede ajuda para a polícia, dizendo que a pessoa está lá, e que eles poderiam vir dar uma abordagem nela, ver o que ela tá fazendo aqui. Não tem

comércio aqui, então não tem o porquê dela estar parada aqui. *(sic)*
(Entrevistado 2)

São as com atitudes estranhas. Por exemplo, passa olhando para dentro das casas... isso é uma atitude estranha... por que que tá olhando pra dentro da casa? Passa te encarando, assim, você percebe que a pessoa tá escondendo alguma coisa e fica te olhando pra ver se você percebe alguma coisa... pelo menos eu sou assim, sabe? É, o que mais que a gente observa? O horário que passa... geralmente o horário de trabalho é de tal hora a tal hora, e aí no meio do horário de expediente a pessoa tá passando pra lá e pra cá? Alguma coisa tá errada, né? Se fosse há muitos anos atrás eu te diria que era pela vestimenta, mas hoje em dia não se diz mais isso, pois uma pessoa bem vestida pode te abordar e te roubar, então isso já não é uma coisa que te diferencia, eu acho. É sempre a postura do outro. É isso que me chama a atenção, sabe? Por exemplo, aqui na praça acontece muito... o cara fica ali parado na praça, as vezes no sol duas, três horas ali... gente, na praça, ali não tem orelhão, não tem nada, o que que ele tá fazendo ali? Isso é uma coisa que me chama a atenção. Eu fico incomodada, sabe? São motivos para eu informar no grupo “olha, tem um carro assim, assim”, “tem uma pessoa caminhando e olhando para dentro das casas, então cês prestam atenção”. Isso, para mim, é motivo de sinal de alerta. *(sic)* (Entrevistado 4)

É, as vezes a pessoa que permanece muito tempo num determinado lugar, fora de hora... ou um grupo, igual já aconteceu as vezes, um carro de outro estado... 4 ou 5 pessoas permanece num lugar, que você nunca viu, permanecem muito tempo. Então é isso, pessoas que não são do bairro que permanecem determinado tempo na rua ou próximo, daí a gente alerta os vizinhos que tão mais pertos. É mais ou menos nesse sentido... as vezes alguém pulando um muro de um vizinho ou outro, aí você já liga “olha, tá acontecendo isso”. Enfim, são essas coisas anormais. *(sic)* (Entrevistado 3)

É, então, aí já... vamos dizer assim, o bairro é um porte classe... classe média, e tem pessoas, inclusive, que são preconceituosas. Às vezes você vê prestador de serviços, jardineiros, a pessoa não conhece, acha que é um estranho e manda mensagem “olha tem uma pessoa estranha ali”, daí acaba que tem um preconceito por ver que a pessoa não é do bairro e acaba que dispara uma mensagem no grupo. Mas em linhas gerais, sempre o pessoal sabe lidar, tratar da situação, ou a pessoa manda “olha, tem uma pessoa de bicicleta que já passou aqui dez vezes”, “tá de carro, não é carro conhecido, é carro diferente, tá parado há muito tempo”, então o pessoal sabe tratar a demanda. *(sic)* (Entrevistado 5)

Com base nesses relatos, nota-se que a vigilância é feita para suspeitar de qualquer pessoa que não seja conhecida pelos olhos de quem habita esse lugar. As orientações para esse formato de vigilância vêm da própria Polícia Militar, que recomenda à população do bairro informar e monitorar qualquer atitude “suspeita”, “diferente” e “desconhecida”. Essas pessoas agem e constroem esse controle com um tom emocional; vigiam para afastar, expulsar e excluir pessoas que, segundo suas avaliações, são capazes de ameaçar

sua vida ou propriedades. Esses atores, portanto, definem as ações que são consideradas como perigosas para a vida de si e de seu grupo, relatam seus sentimentos e tornam essas narrativas importantes para dar significado às experiências individuais de cada um e também ao contexto no qual ocorrem.

“Anormalidade” é uma das impressões que pode definir, segundo relato, como as situações que geram medo e insegurança frente a uma pessoa suspeita em potencial de ameaçar a ordem e a segurança dos moradores considerados, pelo Entrevistado 1, como “ordeiros” e “de bem”. É a partir dessas práticas e relatos, que percebemos que não são bem-vindas as presenças de pessoas que vivem em bairros de populações de baixa renda da cidade de Uberlândia, como foram apontados em alguns relatos a preocupação dos moradores com a proximidade ao bairro Lagoinha. Se consideram que seu bairro seja apenas residencial, desejam que apenas residentes o trafeguem. Se consideram que existe um horário de trabalho que seja universal, as ruas do bairro devem permanecer vazias durante o expediente – não lembrando de pessoas autônomas, com outro horário de serviço e desempregadas. Se se aproximam de seus vizinhos para conhece-los, não aceitam e temem a presença de pessoas desconhecidas. Portanto, tais práticas podem fazer parte de um movimento de banimento social, de deterioração da vida pública, estabelecendo cada vez mais fronteiras e limites de circulação.

Quando esses participam e atuam no controle do crime, eles também estão construindo e produzindo uma imagem daquele que vigiam, que pode ser considerado como o “outro”, “estranho”, “desconhecido”, “diferente”. Estão atuantes como mediadores na relação entre “aquele que prende” e “aquele que é preso”. Nesse processo, ao lidar com a diferença de outros sujeitos, os atores constroem uma imagem para “outro” estigmatizada. E ao fazê-la, age de maneira a configurar a noção de que, majoritariamente, basta uma pessoa ser desconhecida para ser vista como diferente, suspeita e desviante – diferentemente da suspeita exclusiva à população do bairro Lagoinha apontada à cima. É claro que os preconceitos e estereótipos de classe, raça, gênero e etnia não passam despercebidos e ainda estão presentes no perfil de pessoa indesejada que trafega pelas ruas do bairro, mas também devemos nos atentar ao fator da pessoa “desconhecida” e a qual perfil fala mais alto na hora de “ligar o alerta” para a presença de uma pessoa “suspeita”.

Retomando a discussão colocada no primeiro capítulo, sobre a noção sociológica de estigma abordada por Goffman, fica claro, portanto, que esse programa visa a separação dos desviantes em prol da construção de um espaço urbano homogêneo. Os indivíduos que são reconhecidos como “estranhos” e suspeitos são estigmatizados. Segregação espacial e estigmatização constroem de maneira conjunta a exclusão daqueles que não possuem – nos termos do autor – suas identidades sociais reais aceitas para conviver em meio ao julgamento social. Segundo Foucault, o principal efeito do modelo panóptico de vigilância é “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.” (p. 191, 2010), e por essa via o programa de Vizinhança Solidária caminha, ao passo que os “visitantes indesejados” não necessariamente sabem que estão sendo vigiados, mas as câmeras e os avisos de que as casas e o bairro são monitorados os avisam para que tenham a certeza de que podem o tempo todo.

3.2. A integração pelo WhatsApp e a “multiplicação de olhos”

Quando eu comecei sozinho, os malas, bandidos, cidadão infrator aí do Lagoinha que passavam a pé pelo bairro, não entenderam aquilo: “o que será que é aquele policial sozinho? O que será que tá fazendo aqui?” O que eu fiz? Eu abordei eles! Não tive medo nenhum de abordar eles e dei a letra pra eles. Informei que “a partir de hoje estou aqui 24 horas” ... eles pensam que é mentira pois não tem como eu trabalhar 24 horas e não ter descanso, mas o projeto de vizinhança solidária dá esse poder de 24 horas, porque eu não estando no local, os vizinhos vão estar, então eles seriam meus olhos, igual nas reuniões que explicávamos que a população do Vigilato Pereira seria os meus olhos. A polícia não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo. (*sic*) (Entrevistado 1)

Como frequentador do bairro, tive a oportunidade e interesse de conhecer melhor a organização e comunicação daqueles moradores em função do programa e da segurança. Desde o início de minha experiência no local, que só teve início após oito anos de funcionamento do programa Vizinhança Solidária, ouço histórias que envolvem violência, criminalidade e insegurança por parte dos habitantes nessa região, e não apenas de quem me informava, mas que sabem que aconteceu com outros moradores. Apesar de existir uma integração entre esses de maneira informal, ao se encontrarem na calçada, nas ruas, na padaria, ou em qualquer outro lugar público por exemplo, me deparei com uma integração que é feita, majoritariamente, pelos celulares e redes sociais.

Atualmente, a comunicação é realizada através dos telefones celulares pessoais dos policiais envolvidos no projeto. É criado um grupo pelo aplicativo de computadores e celulares, WhatsApp, e nele só participam moradores do bairro e os policiais militares que atuam naquele setor. E assim a comunicação é feita. Antes do surgimento do aplicativo, a comunicação se dava por ligações de telefone, sendo limitada entre dois vizinhos. Hoje, com os grupos, é possível informar um alerta, e centenas de moradores podem ter acesso ao mesmo tempo. Por outro lado, a comunicação física formal e presencial ocorre por meio de reuniões entre as células e palestras promovidas pela PM em cada bairro, divulgando sua cartilha de orientações para autoproteção do cidadão.

Nesses grupos, os moradores do bairro podem compartilhar suas impressões e alertas sobre as situações avaliadas como passível de crimes para avisar os outros vizinhos sobre o perigo que está por perto e para solicitar socorro à polícia. Por meio de câmeras de vigilância, que são instaladas na casa de cada morador e, hoje, também nas esquinas e espaços públicos do bairro, as pessoas têm acesso, durante 24 horas por dia, aos movimentos no interior de suas propriedades e também em todos os espaços públicos do bairro – que também devem ser bem iluminados com postes de luzes – em busca de se alertar, principalmente, ao movimento considerado por elas como “suspeito”.

Enquanto visitante do bairro, fazendo parte de minha rotina o deslocamento ao mesmo, e também, por interesse pelas questões de segurança e sobre como o programa lida com esse problema a partir de suas estratégias de organização e resistência, eu também faço parte e tenho acesso a alguns grupos que foram criados para melhorar a comunicação e aproximação de moradores em prol do serviço de segurança e também para discussões relativas a outros problemas locais. Cabe ressaltar que em um dos grupos, é muito comum que os moradores conversem também sobre questões fora do âmbito da vigilância, cabendo conversas sobre conjuntura política, divulgação de projetos pessoais e trabalhos profissionais, de ações colaborativas, festas, como apresenta o Entrevistado 5:

O bairro tem grupo de notícias, que é destinado a toda e qualquer notícia; tem o grupo da associação que é pra associação repassar informações, moradores fazerem pedidos; e tem o grupo da vizinhança solidária, que tem a Polícia, e tem regras para se tratar só dessas questões que envolvem a vizinhança solidária. Então a gente sabe que a informação dada nesse grupo é com certeza prioritária e trata-se de alguma demanda que os moradores têm que ficar atento ou que a Polícia

tem que intervir. Tem um grupo específico pra isso e tem funcionado bem. *(sic)* (Entrevistado 5)

Foi nesse momento que comecei a perceber que grande parte da comunicação dos moradores e dos policiais se fazia através de alertas de perigo e risco que eram sentidos nas ruas do bairro e que esses alertas geravam não apenas uma atuação da PM, que devia se apresentar e ser contatada para investigar e solucionar as preocupações dos moradores, mas também provocava em alguns moradores uma contínua sensação de perigo. Se você possui mais acesso às questões de perigo próximo, um dos caminhos é atentar-se e preocupar-se ainda mais com o ambiente ao seu redor, e pensar que você pode ser o próximo. Trata-se da “vitimização indireta”, em que não necessariamente a pessoa que tenha medo de um crime, o tenha sofrido. Ao ouvir casos e mais casos que “aterrorizam” o bairro, é o suficiente para que cresça a preocupação de que pode acontecer com qualquer um, sendo a todo momento uma vítima em potencial.

Em relatos ao longo desta monografia podemos notar que apesar de toda a aparelhagem de segurança, algumas pessoas não se acomodam e se sentem completamente seguras a partir disso. Na verdade, busca por cada vez mais informações para que assim possa se proteger ainda mais. Segundo o Entrevistado 3, nos dias de hoje, sua relação com o espaço público não é mais a mesma de antes e por isso acredita que as pessoas sempre devam tomar cuidado e se prevenir. Para se prevenir, ele conta as medidas que adota, para além da instalação de equipamentos de segurança:

Você sair só no caso de necessidade, não frequentar a rua fora de hora, não frequentar lugares isolados, né? Ao chegar em casa, verificar na área externa se tem algum movimento diferente, enfim. É ter precaução e cuidado de uma maneira geral e não sair, ficar saindo e andando aí desnecessariamente. *(sic)* (Entrevistado 3)

Podemos notar uma forte presença do discurso do risco e perigo, que pode existir em qualquer lugar e a qualquer momento, e por isso é prudente tomar uma série de comportamentos individualistas para se prevenir. Da mesma maneira, é importante ter conhecimento de tudo o que acontece ao seu redor para também tomar medidas preventivas.

Ao serem perguntadas sobre o que pensam da agência do WhatsApp em função dos alertas de perigo, as pessoas entrevistadas opinam:

Eu acho muito bom, super viável, já deixa as pessoas alertas, mas as vezes há algum exagero, né? Isso são aquelas pessoas mais medrosas, que veem perigo em tudo, mas a gente tem que saber separar né, saber separar o joio do trigo. Mas eu acho super válido, sabe? Inclusive, tipo assim “ah, tá passando um cara aqui pedindo as coisas, ele é muito agressivo e tal”, então quando ele tocar na sua casa, você já sabe o que que é. Você já sabe que tem que ter um certo tipo de cuidado para atendê-lo. Nessa questão das câmeras, é bom você ter uma certa visualização da sua rua. Então assim, eu acho super válido, ajuda mesmo... ajuda demais. Inclusive, quem não está nos grupos acaba perdendo uma boa opção de segurança. *(sic)* (Entrevistada 2)

Acho positivo. Sempre que tem algum alerta, algum delito, roubo, alguma coisa, coisa estranha, esse contato no WhatsApp com a vizinhança faz com que todos fiquem atentos e aí ajuda muito a prevenir delitos que possam acontecer. *(sic)* (Entrevistado 3)

Eu acho excelente o fato de termos grupo de WhatsApp para discutirmos as coisas, porque o [referência a um morador do bairro]... igual eu te contei, ele informou que tinha um cara pelado na Teófilo Alves, e aí já sei que ele tá lá, então não passo por lá e já aviso meus meninos que não é pra ir por lá. Então são coisas, igual te falei, quem tem informação tem poder e você consegue fugir, desviar do perigo. Então eu acho bem legal. [obs. do autor] *(sic)* (Entrevistada 4)

É, já teve situação de ajudar, por exemplo, alguém que esqueceu o portão de casa aberta, aí já coloca no grupo e fecha. “Ah, colocou fogo no terreno ali e pode chegar na casa de alguém”, o pessoal vê rápido e já age. Então assim, ajuda muito na comunicação, ajuda que os vizinhos ajudem os próximos. Então ajuda muito. *(sic)* (Entrevistado 5)

A primeira dessas falas é muito interessante para pensarmos a questão de quanto que os alertas pelos grupos, além de aproximar e contribuir para a prevenção dos moradores, também influencia no sentimento da pessoa que se expressa sobre a situação de risco perto de si. Quando a Entrevistada 2 relata sobre as pessoas que “exageram” e são mais “medrosas”, já evidencia que dentro do grupo as pessoas pensam e sentem diferente em relação à insegurança. Isso também reflete no fato de próximas as outras existirem casas com muros de três metros e protegidos por duas cercas elétricas enquanto que, ao lado, uma outra casa com muro de dois metros e sem alguma cerca de proteção. Portanto, de alguma maneira, há junto com a disseminação de alertas sobre perigo, uma disseminação de uma preocupação, de um medo que pode se tornar coletivo. E daí, quanto mais o medo se espalha, maior será a vigilância e menor será a tolerância.

Os demais relatos literais expostos a cima afirmam o entendimento comum de que é de extrema importância e avaliada positivamente a disseminação de alertas e o uso do aplicativo para comunicação entre vizinhos à fins de prevenção. Assim, o WhatsApp se

consolida como um elemento agregado pelo coletivo para tornar ainda mais aproximada a maneira de se fazer segurança, dando ao Estado, a possibilidade de transferir a responsabilidade de vigilância para a população, que com a ajuda da tecnologia e das empresas de segurança privada, consegue realizá-la, para apenas informar à Polícia Militar.

Em outras situações pude presenciar nos grupos da Vizinhança Solidária, por exemplo, uma pessoa habitante do bairro que já havia sido vítima de um assalto e também socorrida pela Polícia Militar, e solicitava no grupo, que os moradores que tivessem filmagens do delito, por meio suas câmeras de segurança pessoais, que compartilhassem com o órgão público, para que começassem as investigações contra o assaltante. Outro caso, dentre vários, fora uma em que um morador informou ao coletivo que havia uma pessoa “mal-encarada” sentada em uma calçada, e isso gerou preocupação em alguns moradores, e um deles, que dizia estar viajando, solicitou forte apoio da vizinhança para que fossem até a casa verificar se estava “tudo em ordem” e realizar a vigilância por ele até que voltasse. Casos de carros e motos que param em alguma rua do bairro por um tempo classificado como grande, também são recorrentes motivos de preocupação e alerta nesses grupos.

Os fatos que me chamaram muita atenção, enquanto pesquisador, foram duas manifestações de moradores, por comunicações virtuais informais, que expuseram ao coletivo demandas relacionadas à insegurança. Em uma delas, foi proposta a construção de muros nas delimitações do bairro, de maneira que o tornasse uma espécie de enclave fortificado, um condomínio fechado. Outra, foi o desejo de um morador em que o coletivo de moradores do bairro contratasse um serviço de drone para que fizesse um serviço de “ronda” e filmasse 24 horas por dia por onde sobrevoasse, tendo acesso, dessa maneira, até mesmo ao interior das propriedades. Nenhuma das duas foi levada adiante, mas expressam que a busca pela segurança possui muita força naquele contexto. A vontade de cercar o bairro com um muro e controlar quem o frequentasse – o que já acontece, guardadas as proporções, quando se vigia e mandam em bora as pessoas “indesejáveis” – e uma sobreposição da segurança sobre a liberdade, onde haveria uma vigilância não apenas dos espaços públicos, mas também, inevitavelmente, da vida privada residencial.

Essas situações tornam visível o fato de que existem sensações de risco e de perigo que também caminha por essas ruas e que também faz parte da vida de alguns

moradores do bairro, afetando a maneira de se vigiar e fazer segurança. É sempre importante lembrar que aqui estamos tratando de uma política pública de segurança, que agencia mecanismos que podem reproduzir inseguranças, influenciando a população a consumir a segurança privada e também a adotar práticas de controle informal. Quanto mais se dissemina o perigo, mais serão adotadas as práticas de proteção.

Um dos pilares do programa é a interação entre os moradores. O que é considerado pela Polícia Militar como fator de diminuição da criminalidade do bairro, é o fato de um vizinho conhecer o outro e proteger o outro. Nesse sentido, pensamos se esse objetivo é atingido, e nessa altura é possível pensar que o WhatsApp seja talvez o maior responsável por essa aproximação nos dias de hoje. A Entrevistada 2, ao comentar sobre o programa conseguir ou não aproximar os moradores, relata:

Consegue demais, inclusive agora com esses grupos de WhatsApp, você consegue trocar informações muito mais rápido... você troca ajuda, um ajuda o outro... “Ah, eu preciso de um mecânico”, “Eu tenho um aqui!”, “Você precisa de um eletricista? Eu tenho um aqui.”. Então, assim, é muito bom nesse sentido. Por mais que não se conheçam pessoalmente, o grupo de WhatsApp aproxima muito as pessoas. Tem muitos grupos ali, né? Eu inclusive participo de quase todos, porque como eu sou coordenadora de célula, a gente participa de reuniões e vai se aproximando mais, né? Abre uma célula na rua de baixo, aí eu vou numa reunião, já pego telefone e já entro no grupo. Então estou em quase todos os grupos lá, entendeu? (*sic*) (Entrevistada 2)

E quando a perguntei sobre a ocorrência de conflitos entre os vizinhos sobre os assuntos que envolvem o programa:

Não... não... o que acontece hoje em dia são as brigas no WhatsApp, brigas de opiniões diferentes, então as vezes você encontra algumas. (*sic*) (Entrevistada 2)

Se as redes sociais aproximaram as pessoas de diferentes lugares do mundo e também revolucionou a maneira de nos comunicarmos, ela também é capaz de transformar a composição e as práticas de um grupo em função de suas necessidades, e dentre elas, a de segurança. O WhatsApp torna-se palco de discussão, de apoio, de proteção, de vigilância, de conflitos, de desabafos, ou seja, de interação e fortalecimento da constituição desse grupo. Entretanto, é necessário considerar que antes do uso do aplicativo, os moradores alertavam sobre perigo por ligações e saíam mais às calçadas para conversar sobre assuntos rotineiros; com o WhatsApp, a conversa em massa ganha novos tons de impessoalidade. Ele, portanto, aproxima por permitir interações a qualquer

momento com qualquer pessoa em qualquer lugar, mas também extingue um antigo modo de aproximação face a face.

Outro ponto importante de destacar que está intrínseco à participação e agência do aparato tecnológico, é que, ele não apenas causou uma aproximação na relação morador-morador; também provocou uma enorme aproximação entre morador-Polícia Militar. Essa aproximação parece interessar e ser positiva para ambos os lados, visto que há uma relação de troca: para a PM, ter a população próxima de si, é conhecer melhor os problemas específicos daquele grupo, mas principalmente, enxergar na população civil, um agente de vigilância como outro qualquer, tendo seu trabalho facilitado; por outro lado, para os moradores do bairro, a aproximação com a Polícia se trata de um “tratamento especial” para consigo. A fala do Entrevistado 5 bem ilustra:

Se você começa a ter proximidade, inclusive hoje, com a facilidade do WhatsApp, você tem contato direto com os policiais, com coordenadores das vizinhanças solidárias. Antes você ficava restrito ao 190, né? Não funcionava e hoje com esse contato as coisas facilitam muito. (*sic*) (Entrevistado 5)

Ao ponto que nem todo cidadão possui um contato direto com policiais, isso mostra que essa parcela da população recebe um policiamento diferenciado, visto que em regiões periféricas, por exemplo, o policiamento tende a ser violento e repressivo. Uma das entrevistadas também conta, sobre esse assunto que “quem tem informação, tem poder”, e acrescento, nesse caso, que existe outro poder, o poder de Polícia. Quero dizer, contatar a PM de maneira pessoal com os policiais que cedem seus telefones e se engajam emocionalmente com essas pessoas, é exercer um privilégio que outros não possuem, uma vez que o acesso à segurança pública, deve, por direito, ser acessado igualmente por todos os cidadãos. Portanto, mais uma vez, a comunicação e o uso de objetos para realizar segurança, reforça situações de hierarquização social em que um grupo se privilegia em detrimento de outro.

O programa, por englobar Polícia Militar, moradores de um bairro e objetos que contribuem para a aproximação entre vizinhos e entre população-PM, constitui uma rede de atores, ou melhor, um coletivo, como propõe Latour (2012). Segundo o autor, essa definição nos permite pensar associações de entidade humanas e não-humanas que os atores mobilizam para defender e alcançar seus interesses. E, dessa maneira, nos permite

a encarar as ações realizadas não apenas pelos humanos, mas também pelas entidades não-humanas, como no caso, os objetos:

Se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “causais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator - ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença? (Latour, 2012, p. 107-108)

Ao longo da filosofia ocidental, sendo retomada no período iluminista, temos a discussão sobre ação e sua relação com intencionalidade racional. Trata-se da capacidade de interpretação, reflexão e linguagem como fator fundamental da capacidade de agir no mundo. Esse é o conceito tradicional de ação, que se refere somente aos seres humanos. Segundo a Teoria do Ator-Rede – abreviada pelo autor como “ANT”, em referência a sua escrita em inglês (*Actor-Network Theory*) – representada aqui por Latour, podemos questionar essa noção de que a agência está circunscrita à reflexão e racionalidade. Para Teoria Ator-Rede, ação é tudo o que transforma, contribui e modifica um fenômeno, ou orienta o próprio curso de uma ação humana. Portanto, mesmo não determinando uma ação, um objeto pode ser a causa de uma transformação.

As câmeras vigiam e são aclamadas pelos moradores do bairro que exaltam cada vez mais a sua presença. Os postes iluminam para melhorar a vigilância. As cercas elétricas instaladas nos muros ameaçam a entrada de algum invasor. Os alarmes anunciam uma invasão. O celular aproxima os vizinhos deles próprios e do poder público. Esses objetos, dando ênfase ao celular e ao aplicativo de comunicação, são, portanto, agentes mediadores, pois transformam uma situação, multiplicam olhos e tornam possível não apenas uma nova forma de controle do crime, mas também fortalece os laços entre moradores de um mesmo bairro, que passam a se conhecer e interagir uns com os outros a partir de um artefato tecnológico, além de também aproximar os moradores de um bairro com a Polícia Militar para defender seus interesses e agir contra um outro grupo de pessoas que pode ferir sua existência.

3.3. A construção de uma comunidade e a ação política do grupo

Eu tô no bairro há 25 anos. Eu mudei quando era moleque e desde então moro ali. Eu peguei uma boa fase que eu era menino, brincava na rua, tudo era tranquilo e hoje em dia a gente mal conhece o vizinho se você não tem iniciativa de bater na porta e conversar com a pessoa... então mudou bastante. (*sic*) (Entrevistado 5)

Zygmunt Bauman (2003), leciona que “comunidade” não é uma palavra que nos remete apenas a um significado que indica lugar, mas indica também sensações e sentimentos. Essa concepção muito se relaciona ao objeto aqui estudado, pois essas pessoas estão movidas por sensações que querem deixar de sentir, em busca de novas sensações que procuram sentir. Partem do sentimento de insegurança e de individualismo, em busca de segurança e coletividade.

Comunidade é um lugar de conforto, de afeto, de amizade, de laços, de confiança, de lealdade, sendo palco para construção de identidades e laços estáveis. É, portanto, lugar para se estabelecer e se sentir parte de um grupo que lhe traz segurança. Infelizmente, aponta Bauman, a ideia que temos de comunidade nos remete a uma relação utópica que possui dificuldades e obstáculos para se realizar na prática. Por isso o autor denota à palavra “comunidade” a noção de “paraíso”; um paraíso que não conhecemos a partir de nossa própria experiência, mas sim da imaginação e desejo de um ambiente em que temos vontade de viver, com total conforto e segurança.

A comunidade imaginada é almejada a todo momento por ser entendida como solução para todos os problemas que enfrentamos na realidade indesejada e conturbada, sendo lugar onde as vontades de todo o grupo são realizadas e concordadas, findando em uma vida perfeita. Quando se pensa em comunidade, a percepção que se tem é essa. Entretanto, o sociólogo polonês discorre sobre a possibilidade de realmente acessarmos e construirmos uma comunidade, diferente da comunidade imaginada. Trata-se da “comunidade realmente existente”:

A ‘comunidade realmente existente’, se nos achássemos a seu alcance exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e

abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da sua janela, e jamais abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (Bauman, 2003, p. 9-10)

No cenário realmente existente, como afirmado por Bauman, a contradição entre segurança e liberdade ganha muito mais destaque, pois não há como desfrutar da integralidade de ambas ao mesmo tempo. No individualismo moderno, a pessoa vive em sensação de liberdade, sendo livre e desprendida de laços que prendem, porém, simultaneamente, vive em constante insegurança e incerteza. Dessa maneira, para conquistar a sonhada segurança, é necessário abrir mão de certa parte de liberdade. Esse tende a ser o caminho, pois o que traz segurança em grupo se fortalece ao ser obedecido, e, dessa forma, a liberdade não é mais a mesma.

Sendo assim, uma comunidade, da forma como é idealizada socialmente, requer um processo de homogeneização daqueles que vivem dentro dela e uma separação daqueles que são diferentes. Isso acontece devido ao fato, apontado pelo autor, de que para a construção de um grupo é preciso encontrar um acordo, um entendimento comum entre todos. Portanto, é conveniente viver perto de semelhantes. Esse acordo há de ser constantemente renovado pois uma comunidade está vulnerável à dúvida, contestação e discussão. É importante ressaltar essa questão para que seja possível analisar que a “comunidade realmente existente” mesmo que tende a se consolidar como um ambiente de conforto e segurança, ela sempre está passível de ameaças. Por isso a importância da constituição e ação política do grupo em defesa daquilo que dificulta sua existência – essas que refletem nas ações individuais de proteção, como no caso aqui estudado, de instalação de câmeras, cercas e alarmes de segurança.

E o que motivou a busca ao programa de Vizinhança Solidária por parte dos moradores do bairro Vigilato Pereira?

Eu notei que o projeto já existia em outros bairros e a gente percebeu que o que faltava, às vezes, era essa cumplicidade entre os vizinhos, e por que? Quando acontece alguma coisa na sua casa, qual é a pessoa mais próxima de você? O seu vizinho! Porque se você chama a polícia para dar um respaldo, ela vai demorar para chegar. Então quem vai te socorrer à primeira mão é o seu vizinho. Então a gente sempre priorizou essa amizade que existe entre os vizinhos, pois você tem que pelo menos conhecer o seu vizinho, o nome dele, trocar telefone... eu vi que o projeto era exatamente a vontade que a gente tinha, dos vizinhos

serem mais próximos... a vizinhança solidária, o nome bem diz, é um cuidando do outro. Você não precisa invadir a privacidade da pessoa, não precisa entrar na casa dela todo dia, mas você vai tá olhando por ela, né? Você conhecendo seu vizinho, sabendo quantas pessoas moram na casa, você viu um carro estranho, você viu uma pessoa estranha entrando em uma casa, você viu alguém fazendo uma mudança... “Ah, mas o fulano não tá mudando, então por que que tão tirando aquela televisão dali?”. Então tendo esse respaldo de trocar telefone, trocar identidade, você pode ligar para pessoa para saber o que que tá acontecendo. Já aconteceu isso, da gente conseguir minar um assalto, um roubo, com essa questão de você estar ligando para as pessoas, de você estar se preocupando e vigiando. Então o que me deixou assim, eu era apaixonada, apesar hoje estar menos atuante, mas eu sou apaixonada nesse projeto, eu acho que ele funciona muito, no modo como as pessoas se envolvem, sabe? Você pode fazer amizade com seu vizinho... sabe aquela coisa de cidade pequena, mais interiorana? Alguns anos atrás a gente sentava na porta e fazia churrasco ali no passeio... hoje em dia você não consegue fazer isso mais, mas alguns anos atrás a gente fazia isso. Todo mundo ali se conhecia. (*sic*) (Entrevistada 2)

A Entrevistada 2 mora no Vigilato há mais de trinta e quatro anos e foi uma das principais pessoas engajadas ativamente na construção do projeto no bairro e me conta sobre um tempo que gostaria de recuperar; aquele tão conhecido tempo em que as pessoas se conheciam, se ajudavam, que brincavam na rua, que festejavam no passeio. Tempo que para ela não existe mais devido ao perigo, ao risco, à falta de segurança e a falta de vontade e de engajamento das pessoas, como relata não só essa entrevistada, como também os outros participantes desta pesquisa.

A proposta do programa e o desejo dos moradores se encontram em sintonia: o programa oferece apoio para resgatar a união e integração entre vizinhos e também aumentar a sensação de segurança em consequência da diminuição do índice de criminalidade no local, enquanto que os moradores buscavam uma maneira de criar laços com as pessoas que moram próximo de si e diminuir o sentimento de insegurança. Acontece que essa aproximação, se liderada pela Polícia Militar, se dá em prol da segurança contra a criminalidade; é possível perceber quando são incentivados a se comunicar quando houver um problema que prejudique a segurança e em situações de atenção contra supostos ataques que podem vir acontecer, como feito pela orientação policial de apenas limpar a calçada de casa quando combinar de realizar essa tarefa conjuntamente com outros vizinhos, para aumentar o número de pessoas para se proteger e vigiar.

Quando se pensa em construir laços com as pessoas que habitam por perto e que vão compartilhar do mesmo espaço, lugar que se torna parte do mundo de cada um que dele faz parte, as pessoas buscam por uma comunidade de pessoas que se engajem e que agarrarem-se em vínculos com o coletivo que faz parte. Portanto, busca-se a demarcação de fronteiras para as pessoas de fora e uma corrente de individualidades que formem uma coletividade de confiança. Dessa maneira, a moradora conta:

Eu sou do tempo que todo mundo conhecia todo mundo... agora hoje não é mais assim, porque muita gente mora lá de aluguel, aí você faz amizade e logo ela muda, aí entra outra pessoa e as vezes a outra pessoa não é tão receptiva, vai distanciando... acho que isso é do mundo atual, difícil de mudar, mas a gente tenta, sabe? Por exemplo, se alguém mudar pra pertinho da minha casa, eu tenho o hábito de me apresentar, dizer “olha, se vocês precisarem de alguma coisa, a gente tá aqui, blá blá blá”, entendeu? Porque eu acho que isso é bom, né? *(sic)*
(Entrevistada 2)

As pessoas que moram de aluguel são vistas como “desprendidas”, pois logo podem mudar de casa novamente e não se fixar naquele local. São vistas também como não confiáveis por não serem receptivas ou por saberem que não ficarão no local por muito tempo, não possuem a intenção de construir e fortalecer os mesmos laços que desejam os moradores fixos do bairro Vigilato Pereira. Dessa forma, um problema seletivo existe pelo fato de que em sua maioria, os moradores que são proprietários de suas residenciais são aqueles mais visados para fazerem parte de uma comunidade. A Entrevistada 2 toma iniciativa de conhecer os vizinhos pessoalmente e se oferecer como ajudante para alguma questão que precisem, mas, grande parte dos novos vizinhos do bairro são adicionados nos grupos de WhatsApp e muitos outros moradores podem não ter ciência da presença e existência daquelas pessoas fazendo parte de seu bairro. Portanto, nessa comunidade, principalmente no ano de 2020, devido à pandemia do coronavírus, as festividades e reuniões do bairro presenciais estão suspensas, o que limita a interação dos habitantes às redes sociais.

O que move os moradores são sentimentos, e, por esta maneira, é relevante analisar que o programa também possui um tom emocional. A participante revela a sua paixão pelo programa em relação a como ela foi capaz de incentivar uma nova rede de contatos e de relação entre pessoas que sentiam falta de um laço que se perdeu com um tempo que se aproxima do individualismo, desengajamento e insegurança.

A carga emocional que implica o projeto parece ser inevitável, já que a premissa dele envolve sentimentos. Inclusive, esse envolvimento também aconteceu por parte do policial entrevistado, que reforça as sensações que fazem parte do mesmo:

Eu ia às reuniões fora do meu horário de trabalho, pois eu estava engajado e motivado, e ia à paisana nas reuniões. *(sic)* (Entrevistado 1)

Ou a pessoa vai atrás do projeto por amor, pela vontade de se aproximar e viver em sociedade, ou pela dor que é ter sido vítima, então ela se propõe a ajudar nesse sentido, para não acontecer de novo. Se a gente não se tornar vigilante, a gente, infelizmente, pode ser vítima da criminalidade. *(sic)* (Entrevistado 1)

O policial entrevistado, que trabalhou durante cinco anos do programa no Vigilato, também fez parte de seu início no local, e atuou, enquanto representante do Estado, sendo movido por suas paixões. A figura que ele representou deixou marcas em outras pessoas que moram no bairro até os dias de hoje. Em conversas informais já tive noção de que o período em que ele trabalhou no programa foi o melhor de todos devido ao fato dele ter construído laços e amizades pessoais com aqueles moradores, sendo grande responsável por mostra-los solidariedade e cumplicidade. A Entrevistada 4 também relata sobre a experiência do início do projeto com esse policial:

Quando a Vizinhança Solidária foi instaurada aqui no bairro, que era o [referindo-se ao Entrevistado 1] que fazia a ronda a policial, era excelente... mas excelente! Não tem nenhuma condição de reclamar... foi a época que eu te falei que a criminalidade foi lá no zero. Com o passar do tempo eu não sei se ele foi transferido, se voltou para a cidade natal dele, não sei o que aconteceu direito... teve também mudanças de batalhão, coisas assim. *(sic)* [obs. do autor] (Entrevistada 4)

Em outro relato já mostrado, esse mesmo policial encontrou um familiar dessa entrevistada e o levou até sua casa. Ele também combinava sinais de alertas e divulgava seu telefone pessoal para que as pessoas pudessem se comunicar de maneira mais aproximada com ele. De qualquer forma, ele parece ter tido um papel de extrema importância para estimular a percepção dessa população a acreditar e se apaixonar pelo programa, tanto como se sentir seguro ao se aproximar dos vizinhos e da Polícia Militar que se apresentou, por meio de um policial, de maneira “humanizada”. Quero dizer, o engajamento desse policial foi capaz de superar as expectativas dos moradores quando esses procuravam por segurança e relação comunitária, carregada de paixões.

Não podemos esquecer que se trata de uma política desenvolvida e aplicada pelo poder público brasileiro que não conseguiu deixar de fora o tom de pessoalidade e emoção de fora de seu funcionamento – país esse que, segundo estudos dos teóricos brasileiros Roberto DaMatta (1997) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), já possui histórico de envolvimento emocional em relações burocráticas. Portanto, isso gera ações que visam o benefício próprio em cima daquilo que é percebido como ameaçador, e, dessa forma, paixão não se trata apenas de amor ao programa e à segurança, mas também medo e ódio em relação ao outro.

Por fim, é importante tratarmos da representação do grupo frente o poder público, que se estabelece como mais um elemento que defende sua existência e fortalece a ação política do mesmo. Se através das câmeras, cercas elétricas e estratégias de segurança os moradores se apresentam como protegidos frente à “ameaça” de outro grupo de pessoas desconhecidas e “suspeitas”, é através da associação de bairro que ele se apresenta para o Estado. Desta maneira, é criada por vontade e por ação dos moradores após cerca de nove anos após a implementação do programa no bairro, a associação de bairro organizada na região estudada interage e atua como apoiadora do programa de Vizinhança Solidária, buscando que reuniões de interesse dos moradores aconteça quando estes sentirem necessidade, sendo importante para a manutenção da aproximação entre população e Polícia Militar atualmente.

[A criação da associação] Veio da necessidade de se aplicar melhorias na segurança sim, tá? Já tinha o projeto, mas querendo ou não os moradores sempre buscam melhorias, daí a gente falou “ah, vamos então ver se o pessoal quer montar uma associação de além de conversar com a Polícia Militar, quem sabe a gente consegue conversar com outros órgãos como a prefeitura, o Estado, o Ministério Público” e aí a gente decidiu criar. A gente formalizou a associação, que é constituída legalmente, tem CNPJ e aí a gente conseguiu aproximar com o poder público. Hoje a gente tem bom relacionamento com a Polícia Militar, com a própria prefeitura, já tivemos contato com o Ministério Público, mas pontualmente, enfim... foi um braço ligado com as necessidades da segurança pública, e foi criado para somar ao projeto e dar corpo a ele. *(sic)* [obs. do autor] (Entrevistado 5)

A constituição legal da associação mostra o reconhecimento formal dos órgãos públicos em relação à sua existência. Essa é uma maneira desse grupo se apresentar politicamente frente ao Estado, uma vez que representa e luta pelos interesses do coletivo o qual defende, apresentando requerimentos à prefeitura, abaixo-assinados e protocolos na Polícia Militar. Apesar de ter surgido por questões que envolvem a segurança pública

do bairro, a associação possui e exerce função de se comunicar não apenas com a PM, mas com os outros órgãos. Ela representa os moradores frente à prefeitura, resolvem as questões estruturais do bairro como iluminação, asfaltamento de ruas, manutenção de espaços públicos, coleta de lixo, entre outros problemas físicos.

Dessa maneira, juntamente com a preocupação frente os problemas estruturais – que em sua maioria também fazem parte da segurança pública, pois influenciam na capacidade de vigilância – o foco da associação parece ser mais um elemento que compõem a união desde coletivo em prol da segurança e do fortalecimento da comunidade. O desejo de construir em sua habitação um centro de significância, carregado de sentimentos e paixões compartilhadas com os outros que ambientam seu redor, fazendo parte de seu mundo foi o que motivou a adesão ao programa. Esse mesmo desejo fez com o que ele se desenvolvesse e se estabelecesse na vida das pessoas envolvidas, despertando também, a criação e a união para a construção de uma associação de moradores.

A comunidade formada nesse bairro envolve as considerações que Bauman elenca sobre uma comunidade realmente existente; deve-se incluir a obediência a determinadas regras coletivas e respeito para com os vizinhos, além da sobreposição da segurança em prol da liberdade individual, da instalação de câmeras e cercas elétricas para sentir proteção e conforto. Tudo isso faz parte desse contexto. Nela existem solidariedades que se aproximam do cuidado e preocupação frente ao outro que não envolvem questões de medo e segurança, mas sim de união e lealdade ao companheirismo. Mas também, a grande maioria das interações e sentimentos envolvidos nessa comunidade que se deu a partir de uma política pública de segurança são de maneira a reproduzir o estado de risco que é percebido no local e a cada parceria, espera-se que seja recíproca, pois de fato, é “um vizinho vigiando pelo outro”. O desejo de se aproximar e construir laços com vizinhos se deu pela preocupação em relação à segurança do bairro, e foi isto que desencadeou uma série de novas experiências para essa população que não se conhecia muito bem em seu interior, e são essas experiências que contam e dão significado ao contexto que percebem e vivem atualmente.

Considerações finais

Em minha trajetória escolar e acadêmica aprendi que uma aula começa quando termina. Assim classifico a pesquisa. Entendo que a pesquisa não termina agora, quando será finalizada, por enxergar que ela tem potencial de abrir novas possibilidades de reflexão, de discussão e de novos projetos. Neste texto final, escreverei reflexões e considerações sobre o que vivenciei durante essa jornada. Durante a própria pesquisa mudei minha compreensão sobre o assunto diversas vezes, então, por isso, entendo que a mesma possa produzir reflexão diversa por parte de quem a ler.

Minha intenção inicial foi a de entender se o programa de Rede de Vizinhança Solidária cumpria seu papel de garantir a sensação de segurança e incentivo à construção de laços e integração entre aqueles moradores estudados. A partir disso, me deparei com novidades e me debrucei em estudos e análise sobre questões urbanas envolvendo segregação espacial, construção de estigmas, medo e segurança na cidade, individualização, desigualdade social, política criminal, controle social, violência, segurança pública, segurança privada e sentimento de comunidade.

Parti das minhas primeiras reflexões sobre medo e insegurança em relação ao objeto de estudo presente. Será que as pessoas daquele bairro sentem medo de qualquer pessoa que passa rua? Será que sentem medo em sair na rua? Será que essas estratégias de controle e vigilância reforçam preconceitos, estigmas e segregação? E se sim, será que sabem disso? Mesmo com atuação da Polícia Militar e das empresas de segurança privada, as pessoas recebem a responsabilidade de cuidar de sua própria segurança e de seus vizinhos, e será que concordam com isso? Será que se sentem mais frágeis ou mais fortes? Essas questões foram as que me atentei e são as perguntas me motivaram a desenvolver essa pesquisa.

A leitura teve importante presença na minha formação para me preparar e também contribuir para a reflexão no trabalho de campo. Aqui relembrei de três autores que tiveram farta influência sobre minha maneira de pesquisar, entender e refletir sobre o objeto. Para estudar e entender a segregação espacial me debrucei sobre a pesquisa de Teresa Pires do Rio Caldeira em uma metrópole, analisando a relação entre crime, violência e segregação com base em discussões sobre a atuação do Estado e da Polícia Militar, bem como através das chamadas “falas do crime”, onde deu voz a várias pessoas de diferentes regiões da cidade de São Paulo para contarem as experiências que viveram frente à criminalidade. Assim, refletindo na pesquisa presente, é necessário dar valor a

escutar as pessoas que moram no bairro em que propus pesquisar, pois dessa maneira seria possível conhecer essas narrativas e entender os significados que as pessoas entrevistadas davam às suas experiências e ao contexto social em que suas vidas habitam.

Enquanto pesquisador, me propus a acompanhar o desenvolvimento de uma política pública de segurança no estado de Minas Gerais e, para isso, tornou-se importante conhecer qual política criminal desencadeou a formulação dessa. Maurício Stegemann Dieter aponta que a política criminal atuarial é responsável pela estratégia de neutralização dos criminosos de alto risco e da criminalização dos pobres. Essa forma de gestão atuarial propõe uma nova lógica de incapacitação, fundada nos princípios do Estado neoliberal, em que as pessoas consideradas “inúteis” para contribuir com o mercado, são incapacitadas. Dessa maneira, não se pensa mais em reintegrar à sociedade aquele que foi preso, mas sim mantê-lo o maior tempo possível na prisão, o punindo ao privar sua liberdade e o deixando longe da sociedade.

A chamada prevenção especial negativa gera o encarceramento em massa, que necessita de certo gerencialismo para produzir a incapacitação seletiva, partindo da ideia de que existem os “delinquentes de existência inevitável” e que esses são os principais responsáveis pela maioria dos crimes. Dessa maneira, se criminaliza a população mais pobre como as pessoas que ainda circularão na cidade e oferecerão perigo, e, assim, essas devem ser vigiadas constantemente. Na pesquisa encontrei relatos de representante da Polícia que reforçam o discurso da existência de pessoas que atuam no crime e que não há como evitar isso, além de afirmarem a impossibilidade de se eliminar a totalidade dos crimes. Nesse sentido, o programa de Rede Vizinhança Solidária ao englobar práticas de controle informal e de segurança privada aparece como grande pilar de apoio para a Polícia Militar com o objetivo de controlar e vigiar os espaços que essas pessoas circularem.

Para entender as implicações dos sentimentos de medo e segurança nas atitudes e estratégias dos moradores que habitam o cenário urbano, me debrucei sobre Zygmunt Bauman, que em seus estudos sobre confiança e medo na cidade, aponta que o mundo moderno sofre com um processo de individualização do ser, que se vê “desgarrado” de laços estáveis em relação às instituições modernas. Desta maneira, a vida tende a se tornar incerta e repleta de insegurança, já que as instituições aglutinadoras que garantiam devidos direitos e certezas de laços estáveis passaram mudaram de discurso. Isso é

responsável por desencadear os sentimentos de medo e insegurança nos indivíduos que buscam ao que se apegar; no caso aqui estudado, buscando por segurança e coletividade, partem para a construção de uma comunidade, com a intenção de “resgatar” relações e laços que idealizam que existiam no passado. O programa de Rede de Vizinhança Solidária é almejado como uma saída para saciar esse desejo.

As questões que me interessaram e que propus pesquisar revelam contradições e complexidades, pois nem todas as pessoas envolvidas possuem pontos de vista exatamente iguais que podem ser generalizados e muitas vezes se contradizem. Essa pesquisa evidencia que as práticas de proteção frente a criminalidade e os sentimentos de insegurança e medo reproduzem preconceitos, estigmas e segregações. Os participantes desse estudo relatam sobre suas experiências de maneira que mostram que o problema se trata de uma questão de sobrevivência e fazer o que for necessário para se proteger, aceitando, consciente ou inconscientemente, privilégios de acesso ao serviço de segurança, tanto público como privado, e também reforçar relações de dominação e poder sobre outros.

A população do Vigilato Pereira que buscou aderir ao programa, procurava um projeto que resgatasse a comunicação e união entre os próprios vizinhos que moram por perto, além de construir uma unidade, uma comunidade para conhecer e fortalecer os laços internos para assim sentir segurança. A Polícia Militar, de fato, oferece incentivo para a realização da vontade dos moradores, dando apoiando e oferecendo ferramentas para que a integração aumente, e, realmente, pode-se dizer ela aumenta. Nos capítulos dois e três conhecemos o programa e notamos, a partir dos relatos dos entrevistados, que o programa conseguiu aumentar a interação entre esses moradores, e assim, com que as pessoas que morem no mesmo ambiente se tornem conhecidas. A agência do WhatsApp é uma das responsáveis por isso, contando também com as estratégias de realizar tarefas fora de casa conjuntamente com outros moradores, para evitar situações de perigo.

Entretanto, também é possível se dizer que a interação incentivada pela Polícia Militar é impulsionada pelos assuntos e práticas que envolvam a questão da segurança. As integrações que são propostas pelo celular ou presencialmente são à fins de proteger e vigiar uns aos outros. Portanto, a instituição responsável pelo serviço de segurança pública incentiva que vizinhos se conheçam e interajam pois, enquanto isso, também realizam serviço de controle e de segurança. A transferência de responsabilidade se dá

também no âmbito da adoção de aparelhos de segurança privada, como câmeras, cercas elétricas, alarmes e portões eletrônicos; esses devem contribuir para a vigilância e proteção. Os objetos que cuidam do serviço de segurança privada agenciam e dão a possibilidade de que exista a prática do controle exercido pela população, com menor participação do serviço público de segurança.

Quando é unânime entre os participantes dessa pesquisa que a população civil tenha o dever de participar e garantir segurança tanto quanto o Estado, percebe-se um abandono do modelo moderno de segurança que estabelece o monopólio do controle legítimo ao Estado. É possível perceber a relação que isso implica no modo de entender a integração e a união entre os mesmos. Como buscavam pela construção de uma comunidade e o resgate de laços que aproximam os semelhantes, foi a atuação e na responsabilidade de garantir a segurança de si e do próximo que uma rede de integração se formou. De acordo com o que o programa oferece, ao cuidar da segurança seria possível construir laços, e, para construir laços, deve-se cuidar da segurança.

Isso se fortalece com a reprodução do discurso de risco e perigo por parte da PM que orienta à população que a qualquer momento pode vir a sofrer um crime. Por isso a proposta de adoção de práticas para que a sociedade civil esteja preparada para não se “facilitar” a vida de quem desejar cometer delito e se ver na posição de vítima em potencial. Todas as medidas que cada um possuir condição de seguir para se proteger serão adotadas.

O programa prega que os moradores mudem o hábito e modo de enxergar o espaço público. Novas orientações aparecem para essas pessoas para que estejam preparadas frente o crime, no sentido de tanto evitá-lo ao máximo, como saber o que fazer frente uma situação de perigo percebida dentro dos muros de casa. “Não sair na rua sozinho. Não andar pelos espaços públicos ‘à toa’. Não trafegar por locais escuros. Instalar aparelhos de segurança privada em suas propriedades e também a cada esquina do bairro. Não guardar o carro se alguém ‘estranho’ estiver na mesma rua. Se sair, avise os vizinhos que não está em casa.”. Essas são importantes recomendações que a Polícia Militar repassa para a população para se cuidar. São recomendações que possuem o propósito de desenvolver no comportamento desse grupo, ações que possam vir a evitar que se tornem vítimas de quaisquer crimes.

O perigo que isso pode gerar se refere ao ponto em que pode levar ao exacerbado sentimento de o risco está à espreita e por isso, todo cuidado deve ser praticado, e o que foge dele deve ser evitado ao extremo. Nesse coletivo pude perceber a presença de pessoas que seguem as práticas de autovigilância e continuam tendo uma visão de apego aos espaços públicos, onde não deixam de frequentá-los. Dessa maneira, dizem não viver o tempo todo preocupado com a segurança – apesar de estarem dentro de uma casa com portões, cadeados, cercas, câmeras e alarmes – e que sentem mais segurança com a parceria criada com a Polícia Militar e os vizinhos. Entretanto, muitas vivem com medo de se relacionar com as ruas, calçadas e praças, pois não confiam no risco e perigo que esses oferecem o tempo todo. O programa possui responsabilidade por esses sentimentos ao ponto que reproduz o discurso do risco, e, conseqüentemente, incentiva ao consumo dos produtos de segurança privada. Por isso a contradição. O mesmo programa que propõe construir laços amigáveis entre vizinhos e garantir a sensação de segurança e de diminuição da criminalidade, promove discursos que transformam a vida pública e privada dessas pessoas, podendo reforçar os sentimentos de medo e insegurança nessa população.

A criação de fronteiras é um ponto importante que foi percebido nesta pesquisa. Tanto pelo desejo em criar uma unidade e fortalecida, tanto pelo propósito em diminuir a criminalidade local. Isso porque, para diminuir a ocorrência de crimes, a regra adotada, baseada na política criminal atuarial, é a de vigiar e expulsar qualquer pessoa digna do título de “suspeita” das proximidades do local que deve ser visto como aconchegante e seguro pelos moradores. Dessa maneira, o que a pesquisa evidencia é que basta uma pessoa desconhecida caminhar próximo de você para que já seja motivo de se preocupar, desconfiar e buscar formas de proteção contra essa presença estranha. É visto como um coletivo que desconfia de qualquer entrada de um corpo estranho em sua composição. Esse é um dos motivos para se conhecer quem mora perto, dito, quem é “de bem”, para assim, ser possível excluir quem é de longe, dito, que é “do mal”. Sabemos que existem estigmas estruturais que interferem na maneira de reconhecer o outro que “ameaça”, que são direcionados às pessoas pobres e às pessoas negras e que continuam a influenciar a opinião pública para definir a probabilidade do indivíduo ser criminoso ou não. E nesse bairro, com a composição do programa de Vizinhança Solidária, o estigma contra a pessoa ser desconhecida, e como afirmado por moradores, independente de vestimenta ou cor, é evidenciado, pois o que se procura é a homogeneização do espaço.

Os relatos que recolhi formalmente para essa pesquisa, bem como os relatos informais que tive contato, todos concordam que, a partir da implementação do programa, o índice de criminalidade local teve uma grande queda. Isso se deu pela intervenção da Polícia Militar, a partir de orientações e atuação privilegiada naquele bairro, bem como a integração entre moradores, que além de aumentar a vigilância, foi responsável pela criação de uma associação de bairro que luta por maior visibilidade local frente o poder público, para atender as necessidades de segurança daquela população. Com isso, os moradores relatam que é inevitável que um sentimento de confiança e certa tranquilidade acompanhe a queda das taxas de crime, entretanto, o que o programa promove, não é a sobreposição do sentimento de segurança sobre o medo, mas sim, contribui para a preparação da população frente a possibilidade de se tornar uma vítima.

Quero dizer, quando os moradores dizem que o programa é eficiente em promover integração e segurança entre os mesmos, estão afirmando a partir da transformação que vivenciaram de um lugar de moradia que sofria com muita violência, falta de cuidado com a estrutura física e onde os vizinhos não se conheciam, para um cenário em que os vizinhos começaram a se conhecer e se vigiar, cuidar dos espaços públicos e em consequência, a percepção sobre a ocorrência de crime foi diminuída. A Polícia Militar não atua de maneira a proteger aquele local e impedir crimes de maneira humanizada, pelo contrário, ela estimula a integração e autovigilância para que parte de seu dever seja transferido para a população que se tornou mais preparada para viver contra as ameaças de violência, seguindo orientações de defesa pessoal e consumindo o mercado de segurança privada. A própria instituição afirma que essas estratégias não impedem que o crime seja cometido, mas que contribuem para a sensação de segurança frente a ele. Portanto, a partir da experiência desta pesquisa, o programa não parece ser capaz de resgatar a plena segurança e a integração espontânea entre civis.

Este trabalho de monografia se trata de uma pesquisa inicial acerca dos efeitos e sentimentos envolvidos na implementação de uma política pública de segurança em um bairro da zona Sul da cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais. Ao longo dessa trajetória tive dificuldades e limitações que direcionaram e fizeram parte do desenvolvimento que se encontra nesta escrita. O isolamento social, consequência da pandemia do novo coronavírus que enfrentamos até a data que aqui escrevo, no ano de 2020, impediu a possibilidade de entrevistar um número maior de moradores do bairro e

de policiais que compõem o programa, limitando-me a conversar com os participantes por ligações de celular e refletir sobre os relatos informais e minha própria vivência no bairro antes desse período. Também por debater um assunto delicado, que envolve sensações humanas, me preocupei ao máximo em respeitar a vivência e perspectiva de cada frente a temática.

De qualquer forma, trata-se de uma pesquisa desafiadora por analisar um ambiente em que, devida as proporções, eu também estava inserido; tanto por frequentar o bairro analisado, bem como ser habitante da zona urbana, onde também estou apto a ser vítima de violência e de um crime, fato que também me faz sentir insegurança e medo dentro deste contexto. Assim, considero que esta pesquisa importante para refletir sobre quais eventos sociais – que podem envolvem crime, violência e segregação – influenciam nas emoções humanas, e como elas são geridas em prol do desenvolvimento de ações contra tais fatores, pois como analisado, o medo funciona como fator de manter coesão entre as pessoas próximas e também como reforçador de desigualdades, poder e segregação.

Acredito que algumas questões que não foram muito aprofundadas nesta monografia merecem projeção para futuras pesquisas na área. Não orientei para esse caminho, apesar de ter a intenção no início, mas uma pesquisa quantitativa sobre o índice de criminalidade, qualidade de vida, sentimentos de medo, segurança, vitimização, entre outros, poderia ser agregada para o estudo do programa no bairro. A existência de estrutura, hierarquia, poder e reciprocidade dentro da vizinhança solidária também poderiam ser vislumbradas. Outra questão importante seria os desdobramentos da revitalização da praça central do bairro, que acompanhei sua reforma e notei que a praça que recebia poucos cuidados de manutenção, hoje é palco de interações presenciais entre os moradores daquela região, apesar de não ser um ponto de grande atenção devido à presença de pessoas também desconhecidas no local – me instiga entender se ela será capaz de transformar algumas relações daquele ambiente. Considero também relevante a produção de pesquisas sobre o programa em outros bairros da cidade de Uberlândia.

Por fim, pondero a importância da produção de pesquisas na área da segurança em busca de entender os fatores que estão causando o fenômeno da descaracterização de um serviço público que oscila entre ser visto como direito ou como mercadoria. Fenômeno este que também coloca a população como responsável de assegurar a sua própria segurança e a do próximo em meio ao processo de individualização do ser, além de

contribuir cada vez mais para os processos de heterofobia e segregação e estigmatização das classes mais pobres. Espero que esta monografia contribua nesse sentido.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BORGES, Doriam. **Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto**. Dossiê – análises quantitativas e indicadores sociais. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 18 n. 1, p. 141-163, jan./jun. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

_____. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. *Public Culture*, 8(2), 1996, p. 303-328.

Consórcio G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL. **Casos e mortes por coronavírus no Brasil em 27 de novembro, segundo consórcio de veículos de imprensa (atualização das 13h)**. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/27/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-27-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtm>>. Acesso em 27 de nov. de 2020.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v.14, n.1, p. 59-67, Junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de nov. de 2020.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Fernando Nogueira. **O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções**. *Fórum Sociológico*, n. 15/16 (II série), 2006, p. 295-316.

DIETER, Mauricio Stegemann. **Política criminal atuarial: a Criminologia do fim da história**. Apresentada como tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28416/R%20-%20T%20-%20MAURICIO%20STEGEMANN%20DIETER.pdf?sequence=1>>. Acesso em 08 de out. de 2020.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ed. 38. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma e identidade social**. In: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Coletivo Sabotagem, 1963.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936

KAHN, Túlio. **Cidades Blindadas – ensaios de criminologia**. Conjuntura Criminal, São Paulo, 2001.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, p. 105-134.

MOTA, Núbia. **Câmeras comunitárias são regulamentadas por lei em Uberlândia**. Diário de Uberlândia. Edição do dia 12 de abril de 2019. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/20555/cameras-comunitarias-sao-regulamentadas-por-lei-em-uberlandia>> Acesso em 10 de out. de 2020.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada: um estudo em Uberlândia/MG**. Apresentada como tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15914/1/Gerusa.pdf>>. Acesso em 24 de nov. de 2020.

MUSUMECI, Leonarda. **Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD-1985/95**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1998.

PASTANA, Débora Regina. **Política e punição na América Latina: uma análise comparativa acerca da consolidação do Estado punitivo no Brasil e na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2019.

POLÍCIA Militar de Minas Gerais. **Dicas PM Online**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalservicos/conteudo.action?conteudo=2141&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em 25 de nov. de 2020.

_____. **Portal Online**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/externo/principal.action>>. Acesso em 25 de nov. de 2020.

_____. **Vizinhança Solidária**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/9rpm/conteudo.action?conteudo=867&tipoConteudo=itemMenu>>. Acesso em 25 de nov. 2020.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. **Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (1): 131-145, ABR. 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

SHEARING, C. STENNING, P. *Private security: implications for social control.* In: McCORMICK, K. R. E., VISANO, L. A. *Understanding policing.* Toronto: Canadian Scholars' Press, p. 521-544, 1992.

SILVA, Denival Francisco da; BIZZOTO, Alexandre. **Sistema punitivo: o neoliberalismo e a cultura do medo.** Goiânia: Kelps, 2012.

SILVA, Kássia Nunes da. **Expansão urbana do setor Sul da cidade de Uberlândia/MG: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial.** Apresentada como dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16132/1/d.pdf>>. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

TITO e os pássaros. Direção de Gustavo Steinberg, Gabriel Bitar e André Catoto. Brasil: ELO Company, 2018. 73 min.

UBERLÂNDIA. **Secretaria Municipal de planejamento urbano.** In: Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/populacao-uberlandia/>>. Acesso em 21 de jan. 2021.

UBERLÂNDIA. **Lei complementar n. 669, 2 de maio de 2019.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2019/66/669/lei-complementar-n-669-2019-altera-a-lei-complementar-n-523-de-7-de-abril-de-2011-e-suas-alteracoes-que-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-do-municipio-de-uberlndia-e-de-seus-distritos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 25 de nov. de 2020.

VELHO, Gilberto. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo.** In: Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 04, n. 17, Jan-Jun 2016.

VILLAÇA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade.** Estudos Avançados, 25(71), 2011.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.